



**MPIE**



# **RELATÓRIO FDCH DE 5 ANOS**

**(2011-2015)**



**FDCH**



## Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) .....	2
Mensagem do Secretário Executivo.....	3
1. Introdução.....	7
2. Missão e Objetivos .....	8
2.1. Missão.....	8
2.2. Objetivos.....	8
3. Legislação .....	9
4. Organograma do FDCH .....	11
5. Funções e Responsabilidades.....	11
6. Quadro do Pessoal .....	12
7. Evolução do FDCH.....	13
8. Principais Ações Implementadas ao Longo dos 5 anos de Existência .....	16
9. Programas do FDCH .....	17
10. Orçamento Alocado ao Longo dos 5 anos .....	18
11. Programa de bolsas de estudo.....	26
12. Breve Análise Desagregada por Género .....	30
13. Programas de Formação .....	31
13.1 Programa de Formação Profissional .....	32
13.2 Programa de Formação Técnica.....	33
13.3 Programa de Outros Tipos de Formação .....	35
13.4 Programa de Assistência Técnica para o Sector Judiciário.....	37
14. Desafios Enfrentados pelo FDCH.....	46
15. Conclusões.....	47
16. Recomendações.....	49
17. Anexos.....	51

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 a 2030, enfatiza a importância do desenvolvimento dos recursos humanos para o nosso país. Está muito claro que só através da capacitação dos recursos humanos é que será possível desenvolver a economia e a sociedade e o país conseguir tornar-se numa nação de sucesso, saudável, educada e segura.



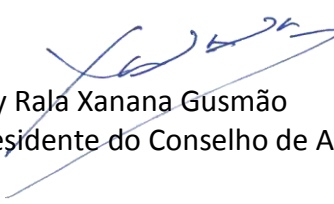
Assim, em 2011, o Governo tomou a decisão de criar o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), como uma abordagem coordenada com o objetivo principal de garantir o financiamento público aos programas e projetos de formação e desenvolvimento dos recursos humanos plurianuais, promover a transparência e responsabilidade através da melhoria dos sistemas de informação.

Com base na legislação do FDCH, o órgão máximo do FDCH é o seu Conselho de Administração que é constituído por cinco membros permanentes e dirigido por mim como seu presidente. É neste Conselho que são tomadas decisões políticas e orientadoras relacionadas com o desenvolvimento dos recursos humanos e implementadas por um Secretariado Técnico sob direção dum Secretário Executivo.

O FDCH está empenhado em melhorar os seus serviços e assegurar um uso eficiente dos seus recursos de modo a cada vez mais capacitar os recursos humanos em áreas prioritárias da economia.

Espera-se que com este relatório de cinco anos, o FDCH possa ter uma ideia das áreas que foram mais beneficiadas pelo FDCH e quais as áreas que ainda precisam de ser apoiadas. Através deste relatório poderemos ter uma ideia clara daquilo que já foi feito e poderá servir de apoio na tomada de decisão do Conselho de Administração do FDCH. Espera-se também que todas as instituições que tiveram programas inscritos no FDCH aproveitem este relatório para orientarem os seus programas de formação para o futuro.

O FDCH sempre procurará meios e formas de apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos e garantir que as áreas chave sejam apoiadas em termos não só de quantidade mas também em termos de qualidade dos recursos humanos, à medida que o país vai progredindo e novos desafios vão surgindo.

  
Kay Rala Xanana Gusmão  
Presidente do Conselho de Administração do FDCH



## Mensagem do Secretário Executivo

É para mim um privilégio apresentar o relatório de 5 anos do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano período de 2011 a 2015. Com este relatório queremos apresentar os progressos que foram alcançados em termos de formação dos recursos humanos dos sectores chaves da economia, os desafios que ainda enfrentamos e apresentar as possíveis soluções para os problemas.



Considero um privilégio, porque foi me dada a oportunidade de ser o Secretário Executivo do FDCH desde o início do ano de 2014, altura em que esta instituição enfrentava enormes desafios de vária ordem. Com esta oportunidade, foi-me possível acompanhar a evolução deste FDCH até a presente data fazendo parte

integrante dele.

Quando iniciei o meu trabalho como Secretário Executivo, o FDCH deparava-se com problemas de falta de recursos humanos suficientes para as responsabilidades que tinha, falta de um sítio adequado para poder desempenhar dignamente e eficientemente as suas funções, falta de equipamento de escritório e de transporte. No entanto, agora quando olho para trás, posso dizer que ao longo destes cinco anos o FDCH conseguiu cumprir com as suas responsabilidades.

De 2011 a início de 2014, o FDCH funcionou com uma equipa constituída apenas por 9 pessoas e durante um período de 8 meses sem um secretário executivo, mas apesar disso e com todos os problemas que o FDCH enfrentava, esta equipa foi capaz de levar avante todas as responsabilidades que lhes competia e fazer com que o FDCH funcionasse normalmente e que realizasse as suas funções.

A partir de início de 2014, juntamente com esse grupo de pessoas dinâmicas e capazes que encontrei, foi possível completar os regulamentos em falta, recrutar novo pessoal e criar uma estrutura orgânica adequada às necessidades desta instituição.

Dum total de 10 instituições inscritas no FDCH em 2011 e com um orçamento de 25 milhões o FDCH cresceu para um total de orçamento anual de cerca de 41 milhões em 2015 e 35 instituições registadas. Pode-se dizer que de 2011 a 2015 houve um incremento de 3,5 no número de instituições inscritas no FDCH e com programas de formação e um aumento de 1,64 no orçamento anual alocado ao FDCH.

Durante o período em referência cerca de 45 mil pessoas foram formadas no âmbito dos programas do FDCH, desde formações de curta duração até formação formal no país e no estrangeiro.

Houve um esforço de priorizar as instituições nacionais, principalmente na formação básica das áreas relacionadas com a administração, gestão e finanças. Mas nos casos em que os cursos não eram oferecidos pelas instituições nacionais foi considerada a opção de formação no estrangeiro. Usou-se esta estratégia como uma forma de usar mais eficientemente os recursos financeiros disponíveis e beneficiar um número maior de pessoas.

O FDCH conseguiu beneficiar não só funcionários públicos mas também o público em geral através dos programas das bolsas de estudo e formação profissional.

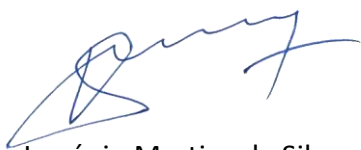
Estamos cientes que ainda há muito por se fazer, mas satisfeitos com os resultados que se apresentam neste relatório de 5 anos.

Em nome dos meus colegas e em meu nome pessoal queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer a colaboração e boa vontade dos funcionários e responsáveis das instituições nossas parceiras que ao longo destes cinco anos estivemos a trabalhar juntos.

Um apreço especial vai para os membros permanentes do Conselho de Administração e particularmente para o seu presidente que sempre estiveram disponíveis para dar orientações claras para o FDCH atingir com os seus objetivos.

E por último, um agradecimento muito especial a todos os meus colegas por toda a sua dedicação e grande esforço que demonstraram ao longo deste cinco anos.

Muito obrigado.



Isménio Martins da Silva  
Secretário Executivo do FDCH

## MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO



## **FUNCIONÁRIOS DO SECRETARIADO TÉCNICO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO**





## 1. Introdução

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) foi estabelecido com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos dos sectores chaves, principalmente os recursos humanos das instituições públicas, para dar resposta a necessidade que o país tem, de ter um conjunto de pessoas formadas e de mão de obra especializada, capazes de elevar a economia de baixo rendimento a uma economia de médio a alto rendimento.

Passados cinco anos da existência do FDCH, o Secretariado Técnico decidiu elaborar o presente relatório que cobre o período de 2011 a 2015 com o objectivo de apresentar as principais realizações do FDCH, as dificuldades e desafios enfrentados ao longo destes 5 anos bem como recomendações para o futuro.

Este relatório é uma oportunidade para se fazer uma análise e reflexão do que já foi feito e do que ainda precisa de ser feito em termos de capacitação dos recursos humanos. Atendendo que o Fundo foi criado em Março de 2011 e que durante o período compreendido entre a sua criação e o ano de 2015, o país tem passado por transformações e mudanças que fazem com que o Fundo tenha a necessidade de ser ajustado a nova realidade. Considerando também que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, documento orientador das políticas nacionais, depois dum período de 5 anos está em processo de revisão e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Documento que faz parte da agenda de ação das Nações Unidas até 2030 e inclui 17 objetivos de desenvolvimento) que foi aprovado pelo Parlamento Nacional em Setembro do ano de 2015, é imprescindível que o plano do FDCH esteja alinhado com o plano estratégico de desenvolvimento.

Este relatório irá debruçar-se sobre a missão e objectivos do Fundo, o enquadramento legal baseado na legislação existente, a evolução do Fundo e principais ações implementadas, os seus programas de formação, o orçamento alocado e efetivamente gasto ao longo destes 5 anos, os resultados alcançados, os desafios enfrentados pelo Fundo e conclusões e recomendações.



## 2. Missão e Objetivos

O desenvolvimento dos recursos humanos foi considerada uma prioridade nacional no Plano Estratégico de Desenvolvimento de 2011 a 2030, e é referenciado nesse documento que “**A capacitação dos nossos recursos humanos é essencial para o desenvolvimento da economia e da sociedade de nossa Nação independente. Esta deve ser uma prioridade nacional e os fundos a tal necessários devem ser alocados de forma a garantir o nosso futuro colectivo.**”

### 2.1. Missão

***Contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos nacionais em várias áreas estratégicas de desenvolvimento, através de financiamento a programas e projetos plurianuais de formação, nomeadamente programas destinados a aumentar a formação dos profissionais timorenses***

### 2.2. Objetivos

- ***Garantir o financiamento do investimento público na formação e desenvolvimento de recursos humanos.***
- ***Proporcionar uma abordagem governamental coordenada.***
- ***Proporcionar garantia na negociação e execução de acordos, programas e projetos que se estendem além de um ano.***
- ***Promover a transparência e responsabilidade através de melhoria dos sistemas de informação para os programas de implementação e projetos de formação.***

### 3. Legislação

O FDCH enquadra-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste para o período compreendido entre 2011 e 2030 onde são definidas uma série de políticas estratégicas integradas a fim de transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

O Fundo foi aprovado pelo Parlamento Nacional através da aprovação da Lei n. 1/II, de 14 de Fevereiro, no seu artigo 9º do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011.

O Decreto-Lei no 12/2011 de 23 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei no 11/2015 de 3 de Junho e o Diploma Ministerial 9/2011 de 13 de Abril constituem a base legal para a existência do fundo. Estes dois instrumentos legais definem a composição, competências e os procedimentos para o funcionamento do fundo.

O órgão máximo do FDCH é o seu Conselho de Administração que é composto em regime de permanência por um presidente e 5 membros permanentes, nomeadamente, pelo Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, que preside, e pelos Ministro da Educação, Ministro das Finanças, Ministro da Justiça, Ministro do Petróleo e Recursos Minerais e pelo Secretário de Estado da Política da Formação Profissional e Emprego.

Nas competências que lhe são atribuídas o Conselho de Administração do FDCH tem a responsabilidade de aprovar e priorizar os projetos a serem financiados pelo Fundo e a sua estimativa de custos, aprovar as opções de financiamento de cada projeto, coordenar a preparação e aprovar a proposta de orçamento do Fundo, a apresentar ao Comité de Revisão do Orçamento, autorizar os pagamentos feitos através do Fundo bem como aprovar o relatório de atividades e relatório de contas do Fundo. Portanto o Conselho de Administração é responsável pela gestão do Fundo. Com base nos procedimentos do Fundo, o Conselho de Administração deve-se reunir ordinariamente uma vez por mês.

Para além do Conselho de Administração, o FDCH é constituído por um Secretariado que tem como objetivo principal dar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração. Assim, o Secretariado Técnico é competente pela coordenação técnica, acompanhamento, coordenação da avaliação e da monitorização de todos os projetos e programas de formação e qualificação de capital humano executados pelo fundo. O Secretariado Técnico é o órgão implementador das decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

Em relação aos procedimentos, compete aos Ministérios e demais órgãos do Governo submeter as propostas de projetos ao Secretariado Técnico com base no plano anual de formação e desenvolvimento dos recursos humanos de cada instituição. O Secretariado Técnico coordena a coleção dos projetos propostos, faz uma apreciação preliminar dos projetos e submete à apreciação do Conselho de Administração para sua aprovação. Depois de aprovado pelo Conselho de Administração, os projetos são reunidos no Livro 6 do orçamento geral do estado relativo aos fundos especiais para serem analisados no Comité de Revisão Orçamental e posteriormente levado para o Parlamento para obter a aprovação final e promulgação pelo Presidente da República. Todas as instituições para serem elegíveis têm

de apresentar uma proposta com programas categorizados como estratégicos e prioritários para os programas de capacitação humana de acordo com as necessidades das respectivas instituições ou com as exigências do país em geral. Cada instituição deve preencher uma ficha de projeto por cada projeto proposto.

Tabela 1: Membros do Conselho de Administração do VI Governo Constitucional

## Conselho de Administração

### PRESIDENTE

**Kay Rala Xanana Gusmão**

Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico

### MEMBROS PERMANENTES

**António da Conceição**

Ministro da Educação

**Santina Cardoso**

Ministra das Finanças

**Alfredo Pires**

Ministro do Petróleo e dos Recursos Minerais

**Ivo Valente**

Ministro da Justiça

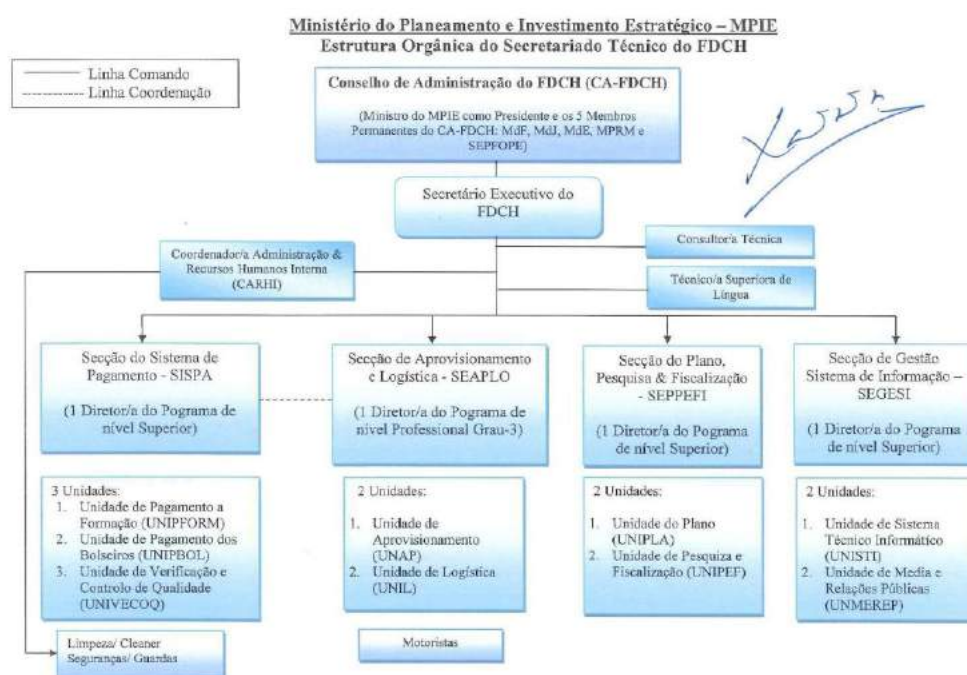
**Ilídio Ximenes**

Secretário de Estado para a Política da Formação Profissional e do Emprego

#### 4. Organograma do FDCH

Até ao início do ano de 2014, o Secretariado Técnico não tinha um organograma aprovado, devido ao número reduzido de pessoal e falta dum secretário executivo. Em 2015 foi elaborado uma proposta de organograma que depois foi ajustado para definir claramente a organização do Secretariado e a sua dependência hierárquica. Assim, em 2015 o Conselho de Administração aprovou o seguinte organograma:

Figura 1: Organograma do FDCH



#### 5. Funções e Responsabilidades

O Secretariado Técnico é constituído por um Secretário Executivo que lidera e composto por cinco secções nomeadamente a secção de Plano, Pesquisa e Fiscalização (SEPPEFI), a secção do Sistema do Pagamento (SISPA), secção de Aprovisionamento e Logística (SEAPLO), secção de Gestão do Sistema de Informação (SEGESI) e finalmente uma unidade de Administração e Recursos Humanos Interna (CARHI).

A secção do plano, pesquisa e fiscalização tem como função elaborar os planos trimestrais e anuais do Secretariado do Fundo, receber as propostas de projetos submetidas pelas Linhas Ministeriais, analisar e coordenar a elaboração do Livro 6 do orçamento geral do Estado relativo aos fundos especiais. Sempre que necessário deve realizar pesquisas pertinentes recomendadas pelo Conselho de Administração do FDCH em coordenação com as outras secções. Esta secção também tem a responsabilidade de realizar a monitoria e a fiscalização dos programas que estão sendo implementados pelas Linhas Ministeriais.



A secção de pagamento tem a principal função de garantir a eficiência em todos os pagamentos que são feitos através do FDCH. Especificamente, esta secção tem que verificar e facilitar os serviços de pagamento solicitados pelas entidades relacionados com a formação no país e no estrangeiro. No sistema informático de gestão financeira “free balance”, esta secção responsabiliza-se pelo processo de criação do comprovativo do compromisso de pagamento (CPV) até à fase de criação do (EV) sendo depois da responsabilidade do Ministério das Finanças continuar o processo até a fase final do pagamento da responsabilidade do banco central. Esta secção também tem a função de apoiar na monitoria dos programas financiados pelo FDCH juntamente com a secção do plano.

A secção de aprovisionamento e logística é responsável por todos os processos de aprovisionamento do Fundo com o objetivo principal de melhorar a qualidade de execução do orçamento. Esta secção faz a avaliação dos pedidos de pagamento e em coordenação com a secção de pagamento verifica os documentos com base nas regras de pagamento para o FDCH definidas pelo Ministério das Finanças. Todos os pagamentos relativos a bens e serviços devem passar pelo aprovisionamento.

A secção de gestão do sistema de informação tem como responsabilidade garantir uma base de dados dos beneficiários e outras informações relevantes atualizada e disponível através do site da internet. Também tem a responsabilidade de disponibilizar a informação sobre o serviço do Fundo para o público através da publicação dum boletim do Fundo, nos *midia* electrónica e jornais. Esta secção tem o objetivo principal de promover a transparência e a melhoria do sistema de reporte.

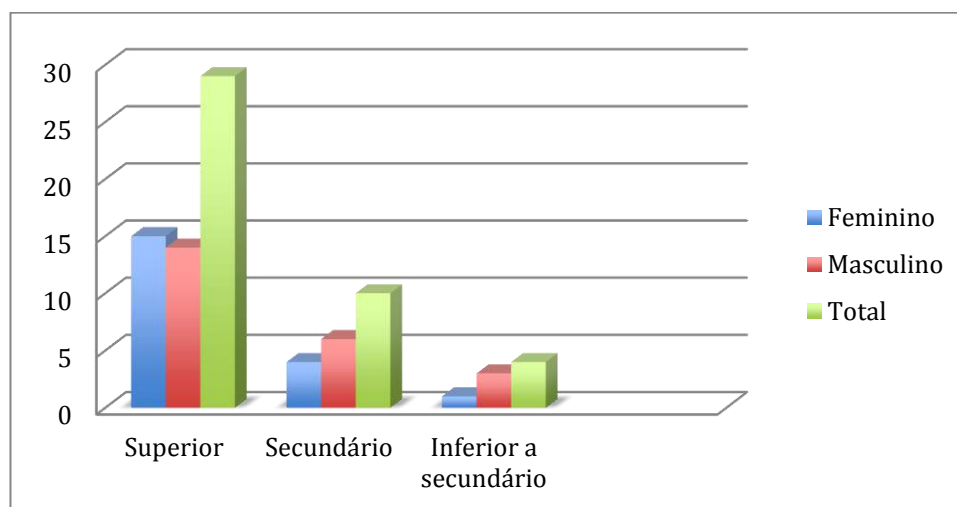
A secção da administração e recursos humanos tem que dar apoio administrativo para o gabinete do Secretário Executivo e coordenar os aspetos relacionados com o pessoal que trabalha para o Secretariado do Fundo.

## 6. Quadro do Pessoal

Atualmente o Secretariado Técnico do Fundo tem um quadro de pessoal competente e suficiente para a realização de todas as atividades da sua responsabilidade. Para além do Secretário Executivo que tem a responsabilidade de gestão é constituído por 4 diretores das secções, 1 coordenador, 2 consultores, 1 técnica superior de língua, 7 chefes de unidades pertencentes as secções, técnicos das várias áreas, para além do pessoal de apoio como motoristas, guardas e pessoal de limpeza composto por 6 pessoas. Dum total de 43 pessoas contratadas que fazem parte do fundo, 20 pessoas são do sexo feminino, representando 47% do total. Em termos de cargos de chefia não existe uma distribuição equitativa, sendo 9 do sexo masculino, representando 75% e 3 do sexo feminino representando apenas 25%.

Da análise feita baseada nas habilitações literárias (Figura 2), pode se ver que a maioria dos funcionários a trabalharem no Secretariado Técnico tem o ensino superior e deste grupo a maioria são do sexo feminino. Uma parte muito pequena de funcionários tem habilitações literárias inferior ao nível secundário.

Figura 2: Funcionários do Secretariado Técnico do FDCH por habilitações literárias e por género



Com as mudanças que têm ocorrido e com o aumento substancial do número de pessoas a trabalhar no secretariado do FDCH a estrutura atualmente em exercício poderá sofrer ajustamentos para se adaptar a organização da administração pública (Decreto-Lei n. 12/2006).

## 7. Evolução do FDCH

O FDCH foi criado em 23 de Março de 2011 como resultado dum plano de desenvolvimento do capital humano ambicioso envolvendo um grande esforço de investimento público em programas plurianuais de formação para responder às necessidades do país, que foi elaborado pelo Governo.

Até ao ano de 2011 as linhas ministeriais eram responsáveis pelas ações de formação e o orçamento era alocado às várias instituições e gerido por cada uma delas sem uma boa coordenação entre elas. A partir de 2011 o Governo tomou a decisão de criar o FDCH para melhorar a coordenação e principalmente para permitir que as ações de formação decorressem ao longo de todo o ano de forma contínua e sem interrupções. Assim, o orçamento para ações de formação do ano de 2011 foi todo alocado para a instituição recém criada chamada de fundo de desenvolvimento do capital humano (FDCH) ficando esta responsável pela coordenação de todas as ações de formação do governo.

Baseado na orgânica do IV Governo Constitucional que dava competências ao Ministério da Educação de desenvolver e implementar uma política de concessão de bolsas de estudo competitiva e transparente, a responsabilidade de providenciar o Secretariado Técnico foi dada ao Ministério da Educação. Nessa base, o secretário executivo nomeado era o responsável pelo Gabinete de Bolsas de Estudo do Ministério da Educação.

O Secretariado Técnico iniciou os trabalhos com um secretário executivo e um assessor principal, recebendo assistência técnica dos funcionários do Gabinete de Bolsas de Estudo da

Direção Nacional do Ensino Técnico Universitário e da Direção Nacional das Finanças do Ministério da Educação responsável pelo processo de pagamento e seu seguimento no Ministério das Finanças. Cabia ao Ministro da Educação autorizar todos os pedidos de pagamento após delegação de competências de execução de despesas do Fundo.

A primeira reunião do Conselho de Administração do Fundo foi realizada no dia 12 de Abril de 2011 com a presença de todos os membros permanentes. A reunião serviu para aprovar o regimento interno e procedimentos de execução do Conselho de Administração, nomeação dos membros permanentes do Secretariado bem como a aprovação do processo de aprovisionamento e pagamento através do orçamento do Fundo.

No primeiro ano, o total de instituições que faziam parte do fundo eram 10 instituições, maioritariamente constituídas pelas instituições que já tinham programas de formação dos recursos humanos. São elas: o Ministério da Educação com um programa de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro tendo como alvo o público em geral. O Ministério da Administração Estatal/Instituto Nacional da Administração Pública responsável por formar os funcionários públicos nas áreas de administração e liderança, o Ministério da Saúde com a responsabilidade de formar um quadro de pessoal na área da saúde até ao nível do suco. Incluía também o Ministério das Finanças que tinha a responsabilidade de contratar e formar pessoal competente na área das finanças, a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais com a obrigação de formar pessoas na área dos recursos minerais e os sectores da segurança e defesa responsáveis para formar o pessoal nas suas respetivas áreas. O Ministério da Justiça tinha o encargo para formar criminalistas, agentes de cadastro, auditores, magistrados, notários, advogados privados, tradutores e inspetores, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto responsável por formar nas áreas de capacitação de árbitros, formação de treinadores, massagistas e treinamento da equipa juvenil e a SEFOPE responsável de formar nas áreas de mão de obra para o exterior e dar apoio aos centros de formação profissional.

À medida que as necessidades de formação iam surgindo através dos pedidos das linhas ministeriais para serem acreditadas no FDCH, em 2012 o número subiu para 14 instituições, continuando a subir em 2013 para 16 instituições, em 2014 estavam inscritas 27 instituições e em 2015 eram um total de 35 instituições que estavam inscritas no Fundo (Tabela 2).

Em 2015 com a constituição do VI Governo Constitucional, o FDCH passou a ser presidido pelo Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) e o secretariado técnico ficou a ser providenciado pelo mesmo ministério. Assim, as atribuições de formação e desenvolvimento dos recursos humanos que antes eram da responsabilidade do Ministério da Educação, a partir do ano de 2015 passaram para o MPIE. Assim, explicitamente, o VI Governo na sua orgânica define que cabe ao MPIE a responsabilidade de “propor e desenvolver a política de capacitação dos recursos humanos, tendo em conta as necessidades, a curto, médio e longo prazo, e nas áreas cruciais para o desenvolvimento do país”. (alínea u do artigo 31º do Decreto-Lei N.º 6/2015 de 11 de Março).

Tabela 2: Lista das Instituições inscritas no FDCH de 2011 a 2015

No.	Nome da Instituição
<b>Ano 2011</b>	
1	Ministério da Educação
2	Ministério das Finanças
3	Ministério da Justiça
4	Ministério da Saúde
5	Ministério da Administração Estatal/Instituto Nacional da Administração Pública
6	Secretaria de Estado dos Recursos Minerais/ Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais
7	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego/ Secretaria de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego
8	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto
9	Polícia Nacional de Timor-Leste
10	Forças de Defesa de Timor-Leste
<b>Ano 2012</b>	
11	Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade
12	Gabinete do Presidente
13	Gabinete do Primeiro Ministro
14	Procuradoria Geral da República
<b>Ano 2013</b>	
15	Universidade Nacional Timor Lorosae
16	Instituto Nacional de Formação dos Professores
<b>Ano 2014</b>	
17	Ministério das Obras Públicas
18	Ministério da Agricultura e Pescas
19	Ministério dos Transportes e Comunicações
20	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
21	Ministério do Turismo
22	Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente
23	Secretaria de Estado da Segurança/ Ministério da Segurança
24	Secretaria de Estado da Defesa/ Ministério da Defesa
25	Secretaria de Estado da Comunicação Social
26	Inspeção Geral do Estado
27	Comissão Anti-Corrupção
<b>Ano 2015</b>	
28	Ministro do Estado e Coordenador dos Assuntos Económicos
29	Presidência do Conselho de Ministros
30	Secretaria de Estado de Arte e Cultura
31	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
32	Rádio e Televisão de Timor-Leste
33	Tribunais
34	Ministério da Solidariedade Social
35	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Local

Desde a sua criação até ao ano de 2015 o FDCH teve 4 secretários executivos e até final do ano de 2014 era constituído apenas por 9 funcionários. Devido à trocas constantes do Secretário Executivo, o secretariado técnico sempre teve muita dificuldade de implementar



devidamente as suas funções que são numerosas e de certa complexidade. A partir de Abril 2014, depois da nomeação do novo secretário executivo houve um esforço enorme por parte do novo secretário em criar uma estrutura adequada, recrutar pessoal e elaborar os manuais de procedimentos com o objetivo de facilitar a execução do trabalho.

## 8. Principais Ações Implementadas ao Longo dos 5 anos de Existência

- Criação do sistema de aprovisionamento dos procedimentos de pagamentos, incluindo o formulário para o pedido de pagamento.
- Criação do formulário de descrição dos projetos a ser preenchido e submetido pelas linhas ministeriais
- Elaboração do Plano de Ação para preparar mecanismos e procedimentos para a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes universitários timorenses na Indonésia
- Definição dos mecanismos de atribuição de bolsas de estudo para os estudantes timorenses a estudarem nos países da CPLP com a participação das embaixadas
- Elaboração do plano de atribuição de bolsas de estudo aos professores das instituições privadas de ensino superior já acreditadas
- Elaboração dos procedimentos de seleção dos candidatos a novas bolsas para o ano de 2012, incluindo as áreas prioritárias, os custos por bolseiro, a definição de critérios de seleção e as vagas por curso
- Abertura do processo de seleção para atribuição de novas bolsas de estudo no ano de 2012
- Realização de 14 reuniões do Conselho de Administração do FDCH
- Elaboração do esboço do guião com as regras e procedimentos para o sistema de serviços da administração interna do Secretariado do FDCH
- Realização do processo de pagamento para as instituições acreditadas no Fundo, abrangendo os programas de bolsas de estudo, vários tipos de formação e assistência técnica para os sectores judiciais e para o ensino terciário
- Estabelecimento do guião de trabalho sobre o sistema de pagamento com os procedimentos definidos pelo Ministério das Finanças, e divulgado a todas as instituições registadas no Livro de Orçamento nº 6, sobre os fundos especiais
- Estabelecimento do processo interno de Aprovisionamento e Logística do Fundo – SEAPLO (atualmente todos os fornecimentos são realizados pela secção de aprovisionamento do Fundo)
- Elaboração do Guião de Bolsas de Estudo e do Guião de Formação com o objectivo principal de harmonizar os critérios, procedimentos e valores das bolsas e da formação para todas as instituições, traduzido para tétum, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo, e discutido com as 34 instituições que fazem parte do FDCH e depois foram atualizados com base nas sugestões saídas dos encontros
- Estudo sobre o resultado de Avaliação dos Programas do FDCH 2011–2014 tendo sido entrevistadas aproximadamente 915 beneficiários
- Estudo sobre o Mapeamento Nacional de Recursos Humanos para o Sector Público e Privado em todos os municípios
- Recolha de informação para criação de um sistema de pagamento das bolsas de estudo melhorado através dos adidos da educação

- Criação do grupo de trabalho na área do desenvolvimento de recursos humanos, que conta com a participação dos parceiros de desenvolvimento nacionais e internacionais e que visa uma melhor coordenação do apoio prestado naquela área
- Recrutamento de 16 funcionários para reforçar a estrutura e melhorar o serviço prestado pelo Secretariado do FDCH
- Criação do *website* do Secretariado Técnico do FDCH
- Produção e distribuição do Boletim de informação do FDCH
- Publicação das atividades do FDCH ao público através dos órgão de comunicação social
- Participação em vários debates promovidos pela RTTL relacionados com os recursos humanos
- Visitas de fiscalização aos projetos de formação profissional, formação técnica e programa bolsas de estudo nos distritos e fora do país
- Elaboração de relatórios trimestrais e relatórios anuais
- Coordenação de todo o processo de planificação com as Linhas Ministeriais, preparação do Livro 6, com os projetos aprovados pelo Conselho de Administração e submissão ao Ministério das Finanças
- Participar como membro do comité de seleção dos candidatos a bolsa de estudo oferecida pelo Governo da Austrália e Nova Zelândia
- Encontros com os deputados da Comissão C responsável pelos assuntos das finanças públicas sobre o progresso do FDCH
- Participar em várias reuniões com as instituições inscritas no FDCH e com os parceiros de desenvolvimento para discutir assuntos diversos

## 9. Programas do FDCH

Desde 2011, ano da sua criação, o Fundo classificou os seus programas em quatro áreas a nomear: formação profissional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação.

**Formação Profissional** tem o objectivo de financiar e aumentar as competências ou habilidades dos cidadãos timorenses principalmente para os jovens com base nas exigências do mercado de trabalho.

**Formação Técnica** abrange as atividades de formação destinadas aos funcionários públicos com o objetivo de obter formação especializada das suas competências e conhecimento com o fim de melhorar o seu desempenho profissional.

**Bolsas de Estudos** tem o objetivo de promover a formação superior para o aumento da qualificação dos recursos humanos nas áreas prioritárias a nível superior e destina-se ao público em geral e funcionários públicos com base no mérito.

**Outros Tipos de Formação** destina-se a financiar os jovens professores que frequentem os ensinos superior e politécnico, formação na área da saúde, formação das

forças policiais e de defesa e formação de juizes e magistrados, bem como noutros domínios especializados aprovados pelo Conselho de Administração do Fundo.

Em 2015, durante o processo de aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) no Parlamento Nacional (PN), a “Comissão Eventual” recomendou para aumentar dois novos programas nomeadamente:

- Assistência Técnica para o Sector Judiciário, e
- Assistência Técnica para o Ensino Terciário.

i) **Assistência Técnica para o Sector Judiciário:** este programa tem o objetivo de responder às necessidades do sector judiciário, especialmente para aquelas necessidades que têm relação com o desenvolvimento dos recursos humanos. Nesta categoria são 3 as instituições que têm programas:

**Ministério da Justiça** – responsável pelo treinamento e gestão dos recursos humanos na área judiciária,

**Tribunais** – tem responsabilidade de desenvolver a capacidade de serviço nos tribunais através da realização de treinamento de recursos humanos e melhoria do sistema,

**Procuradoria Geral da República** – prevê treinamento para os procuradores, treino contínuo no serviço com o objectivo de reforçar os oficiais da justiça em Timor-Leste.

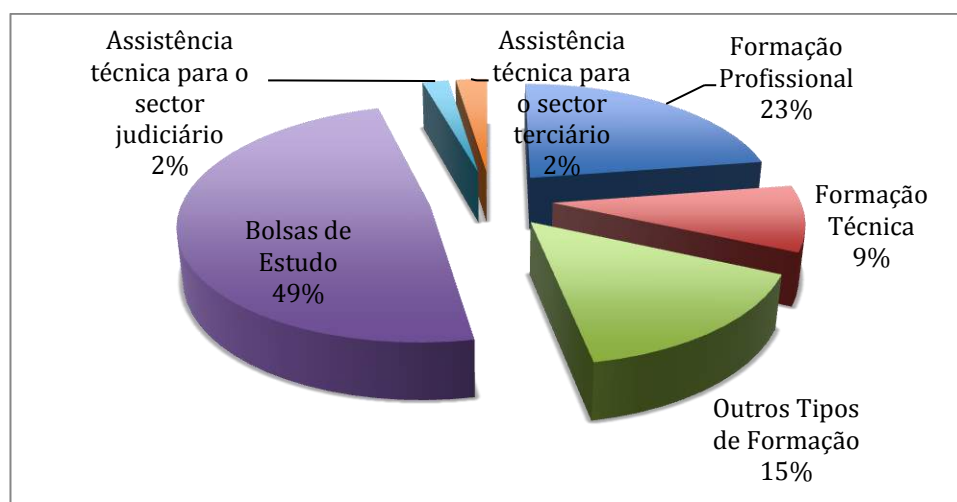
ii) **Assistência Técnica para o Ensino Terciário:** Este programa é especialmente para aumentar e melhorar os recursos humanos na Universidade Nacional Timor Loro Sa’e (UNTL) com programas tais como: formação em mestrado e em doutoramento em Portugal e em Cuba, programa de mestrado em Timor-Leste e licenciatura e introdução para a língua portuguesa.

## 10. Orçamento Alocado ao Longo dos 5 anos

Desde o ano de 2011 até ao ano de 2015 um total de 178,532 milhões de dólares americanos foram alocados ao Fundo. Deste montante, o programa de bolsas de estudo foi o que recebeu maior orçamento no valor de 86,727 milhões de dólares americanos, representando 48,6 % do valor total alocado para o desenvolvimento dos recursos humanos. A seguir foi o programa de formação profissional com um valor total de 40,282 milhões de dólares americanos representando 22,6% do orçamento total (Figura 3).

Os programas assistência técnica para o sector judiciário e assistência técnica para o sector terciário, foram programas adicionais no ano de 2015 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos especificamente desses dois sectores. Estes dois programas receberam um total de 7,886,000 dólares americanos, representando 4% do total do orçamento alocado ao FDCH.

Figura 3: Percentagem do orçamento por programa



Ao longo dos 5 anos houve uma tendência crescente no valor anual alocado ao Fundo conforme representado na tabela 3. Em 2011 o FDCH recebeu um orçamento de 25 milhões e em 2015 tinha um orçamento de 41,084,000 dólares americanos.

**Tabela 3 – Orçamento do FDCH por ano e segundo o programa (USD)**

Programas	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Formação Profissional	4,810,000	10,033,000	4,843,000	10,006,000	10,590,000	40,282,000
Formação Técnica	3,371,000	1,033,000	3,100,000	4,510,000	4,198,000	16,212,000
Outros Tipos de Formação	3,867,000	7,060,000	11,245,000	2,883,000	2,370,000	27,425,000
Bolsas de Estudo	12,952,000	11,874,000	23,260,000	22,601,000	16,040,000	86,727,000
Assistência técnica para o sector judiciário					3,586,000	3,586,000
Assistência técnica para o sector terciário					4,300,000	4,300,000
<b>Total</b>	<b>25,000,000</b>	<b>30,000,000</b>	<b>42,448,000</b>	<b>40,000,000</b>	<b>41,084,000</b>	<b>178,532,000</b>

A média da taxa de execução durante os 5 anos é acima dos 85%. Os programas com maior orçamento alocado nomeadamente, o programa de bolsas de estudo e programa de formação profissional tiveram uma taxa de execução de 96% e 86% respectivamente. O programa relativo a assistência técnica para o sector judiciário teve uma taxa de execução de apenas 38% como referenciado na tabela 4 a seguir, devido aos problemas vários que este sector atravessou durante o ano de 2015.



**Tabela 4 – Orçamento e despesa do FDCH segundo o programa (2011 – 2015)**

Programas	Orçamento (USD)	Despesa (USD)	Execução (%)
Formação Profissional	40,282,000.00	34,573,135.50	86%
Formação Técnica	16,212,000.00	11,957,203.00	74%
Outros Tipos de Formação	27,425,000.00	17,570,800.00	64%
Bolsas de Estudo	86,727,000.00	83,601,000.00	96%
Assistência técnica para o sector judiciário	3,586,000.00	1,357,000.00	38%
Assistência técnica para o sector terciário	4,300,000.00	4,291,000.00	99,8%
<b>Total</b>	<b>178,532,000.00</b>	<b>153,350,138.48</b>	<b>86%</b>

As instituições que tiveram uma boa taxa de execução entre 95 a 100% do orçamento ao longo dos cinco anos, foram o Ministério do Turismo, Ministério da Saúde, Rádio e Televisão de Timor-Leste, Secretaria de Estado de Arte e Cultura, Presidência do Conselho de Ministros, Ministro de Estado e Coordenador dos Assuntos Económicos, Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, Procuradoria Geral da República, Polícia Nacional de Timor-Leste, Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego e a Universidade Nacional Timor Lorosa'e. No entanto, a taxa de execução do orçamento da maioria das instituições durante os 5 anos foi acima dos 70%. Exceção é para a taxa de 9 instituições que situou-se abaixo dessa percentagem conforme demonstrado na tabela 5 a seguir.

**Tabela 5 - Orçamento e despesa do FDCH segundo as instituições (2011 – 2015)**

No.	Instituições	Orçamento (USD)	Despesa (USD)	Execução (%)
1	Ministério do Turismo (MT)	200,000.00	207,000.00	104%
2	Ministério da Saúde (MS)	17,247,655.00	17,700,763.51	103%
3	Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL)	215,000.00	215,000.00	100%
4	Secretaria de Estado da Arte e Cultura (SEAC)	190,804.00	190,804.00	100%
5	Presidência do Conselho de Ministros (PCM)	100,000.00	100,000.00	100%
6	Ministro do Estado e Coordenador para os Assuntos Económicos (MECAE)	174,899.00	174,899.00	100%
7	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM)	13,556,044.00	13,117,491.74	97%
8	Procuradoria Geral da	848,800.00	813,868.30	96%

No.	Instituições	Orçamento (USD)	Despesa (USD)	Execução (%)
	República (PGR)			
9	Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)	1,437,000.00	1,381,199.50	96%
10	Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFOPE)	16,326,604.00	15,646,738.08	96%
11	Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)	9,029,750.00	8,596,000.00	95%
12	Secretaria de Estado para a Promoção do Género (SEPI)	436,000.00	407,435.32	93%
13	Secretaria de Estado da Segurança (SES) Ministério do Interior (MI)	544,000.00	486,873.00	89%
14	Instituto Nacional Administração Pública (INAP)	11,518,833.00	10,250,026.75	89%
15	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD)	1,655,676.00	1,432,628.47	87%
16	Inspecção Geral do Estado (IGE)	2,923,000.00	2,542,468.48	87%
17	Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECOMS)	341,000.00	290,356.19	85%
18	F-FDTL (Forças de Defesa de Timor-Leste)	2,823,000.00	2,381,837.06	84%
19	Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE)	5,654,000.00	4,712,000.00	83%
20	Ministério da Educação/Gabinete de Bolsas de Estudo (ME/GBE)	55,411,155.00	46,069,091.08	83%
21	Comissão Anti-Corrupção (CAC)	450,501.00	370,000.00	82%
22	Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	850,000.00	677,000.00	80%
23	Gabinete do Presidente (GPR)	497,000.00	375,997.34	76%
24	Ministério das Justiça (MJ)	13,631,029.00	9,986,400.33	73%
25	Ministério das Finanças (MF)	15,675,750.00	11,154,477.36	71%

No.	Instituições	Orçamento (USD)	Despesa (USD)	Execução (%)
26	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)	630,000.00	426,158.70	68%
27	Ministério de Agricultura e Pescas (MAP)	1,180,000.00	776,628.00	66%
28	Programa Nacional de Desenvolvimento Sucos (PNDS)	450,000.00	292,000.00	65%
29	Ministério das Obras Públicas (MOP)	1,985,000.00	1,275,407.07	64%
30	Ministério da Solidariedade Social (MSS)	102,000.00	63,987.62	63%
31	Secretaria de Estado da Defesa (SED)	250,000.00	140,909.00	56%
32	Tribunais	1,452,000.00	787,258.00	54%
33	Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente (MCIA)	450,000.00	196,631.38	44%
34	Gabinete do Primeiro-Ministro (GPM)	295,500.00	110,803.20	37%
<b>Total</b>		<b>178,532,000.00</b>	<b>153,350,138.48</b>	<b>86%</b>

Dez instituições que iniciaram com o FDCH em 2011 e continuaram até 2015, nomeadamente o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego, MPRM, MF, INAP, MJ, F-FDTL, SEJD e PNTL receberam 72% do total do orçamento alocado durante os cinco anos. Destas instituições o ME, MS, SEPFOPE, MPRM, MF, INAP e MJ receberam 81% do total do orçamento gasto, tendo contribuído com 95% dos beneficiários do programa de bolsas de estudo e 56% dos programas de formação, conforme se pode verificar na tabela 6 a seguir.

**Tabela 6 – Despesa do FDCH por instituição com programas desde 2011 a 2015**

No	Instituições	Despesa	Programas (no. de beneficiários)	
			Formação	Bolsas de Estudo
1	ME/GBE	46,069,091.08	2,831	811
2	MS	17,700,763.51	-	2,479
3	SEPFOPE	15,646,738.08	12,102	-
4	MPRM	13,117,491.74	4,215	161
5	MF	11,154,477.36	374	153
6	INAP	10,250,026.75	5,038	490

No	Instituições	Despesa	Programas (no. de beneficiários)	
			Formação	Bolsas de Estudo
7	MJ	9,986,400.33	412	6
8	F-FDTL	2,381,837.06	173	38
9	SEJD	1,432,628.47	766	22
10	PNTL	1,381,199.50	2,082	-
<b>Total</b>		<b>129,120,653.88</b>	<b>27,810</b>	<b>4,160</b>

A tabela 7 apresenta as despesas (o orçamento realmente gasto e não o orçamento alocado) das instituições inscritas no Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano por programa. A maior parte das instituições usou o seu orçamento para programas de formação. No entanto, houve 11 instituições que usaram o orçamento não só para os programas de formação mas também para o programa de bolsas de estudo.

Como se pode observar na tabela, não existe uma correlação direta entre o montante total do orçamento recebido pelas instituições e o número de beneficiários, porque as instituições com programa de bolsas de estudo tem um custo muito maior, relacionado com o custo do estudo nas universidades e também está relacionado com o período dos estudos que sempre vai para além de um ano. Além disso, o custo das bolsas de estudo também está dependente do país onde estão a estudar os bolseiros que é muito variável.

Através da tabela também pode-se observar que há instituições como a Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFOP), o Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), o Instituto Nacional Administração Pública (INAP) e o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM) que conseguiram beneficiar um grande número de pessoas. A Polícia Nacional (PNTL) e o Ministério do Interior (SES) são exemplo de algumas instituições que receberam um orçamento limitado ao longo destes anos mas que conseguiram abranger um número alto de beneficiários.

**Tabela 7 – Despesa do FDCH por instituição e por programa (2011 – 2015)**

No.	Instituições	Despesa (USD)	Programa (No. Beneficiários)	
			Formação	Bolsas de Estudo
1	ME/GBE	46,069,091.08	2,831	811
2	MS	17,700,763.51	-	2,479
3	SEPFOP	15,646,738.08	12,102	-
6	MPRM	13,117,491.74	4,215	161
4	MF	11,154,477.36	374	153
7	INAP	10,250,026.75	5,038	490
5	MJ	9,986,400.33	412	6
8	UNTL	8,596,000.00	2,078	136

No.	Instituições	Despesa (USD)	Programa (No. Beneficiários)	
			Formação	Bolsas de Estudo
9	INFORDEPE	4,712,000.00	6,244	-
10	IGE	2,542,468.48	538	-
11	F-FDTL	2,381,837.06	173	38
12	SEJD	1,432,628.47	766	22
13	PNTL	1,381,199.50	2,082	-
14	MOP	1,275,407.07	525	-
15	PGR	813,868.30	157	-
16	Tribunais	787,258.00	43	-
17	MA	776,628.00	114	-
18	MTC	677,000.00	135	-
19	SES/MI	486,873.00	1,199	-
20	MNEC	426,158.70	243	-
21	SEPI	407,435.32	115	3
22	GPR	375,997.34	260	20
23	CAC	370,000.00	35	-
24	PNDS	292,000.00	214	-
25	SECOMS	290,356.19	99	-
26	RTTL	215,000.00	82	-
27	MT	207,000.00	52	-
28	MCIA	196,631.38	24	-
29	SEAC	190,804.00	12	-
30	MECAE	174,899.00	77	-
31	SED	140,909.00	106	-
32	GPM	110,803.20	178	-
33	PCM	100,000.00	9	-
34	MSS	63,987.62	24	-
<b>Total</b>		<b>153,350,138.48</b>	<b>40,556</b>	<b>4,319</b>

A tabela 8 apresenta as despesas do fundo por programa e por beneficiários desde o ano de 2011 ao ano de 2015. Os dois programas adicionais do ano de 2015, o programa de assistência ao sector judiciário e o programa de assistência ao sector terciário não estão incluídos.

Pode-se observar que o programa de formação técnica tem o menor orçamento mas com um total de beneficiários maior e apresentando um custo unitário mais baixo. Este valor baixo explica-se pelo fato do programa de formação técnica realizar formações de curta duração. Igualmente pode-se constatar que o custo unitário do programa de bolsas de estudo é o maior de todos os programas. O programa de formação profissional apresenta um valor unitário de 2,207 dólares e o programa de outros tipos de formação tem um custo unitário de 2,759 dólares americanos.



**Tabela 8 – Despesa do FDCH por programa (2011 – 2015), beneficiários e custo unitário**

Programas	Despesa (USD)	Beneficiários Total	Custo Unitário (USD)
Formação Profissional	34,573,135.50	15,664	2,207
Formação Técnica	11,957,203.00	18,481	647
Outros Tipos de Formação	17,570,800.00	6,368	2,759
Bolsas de Estudo	83,601,000.00	4,319	19,357
<b>Total</b>	<b>147,702,138.48</b>	<b>44,832*</b>	<b>2,295</b>

\*este número não inclui os dois programas adicionais do ano de 2015 (Assistência técnica para o sector judiciário e assistência técnica para o sector terciário)

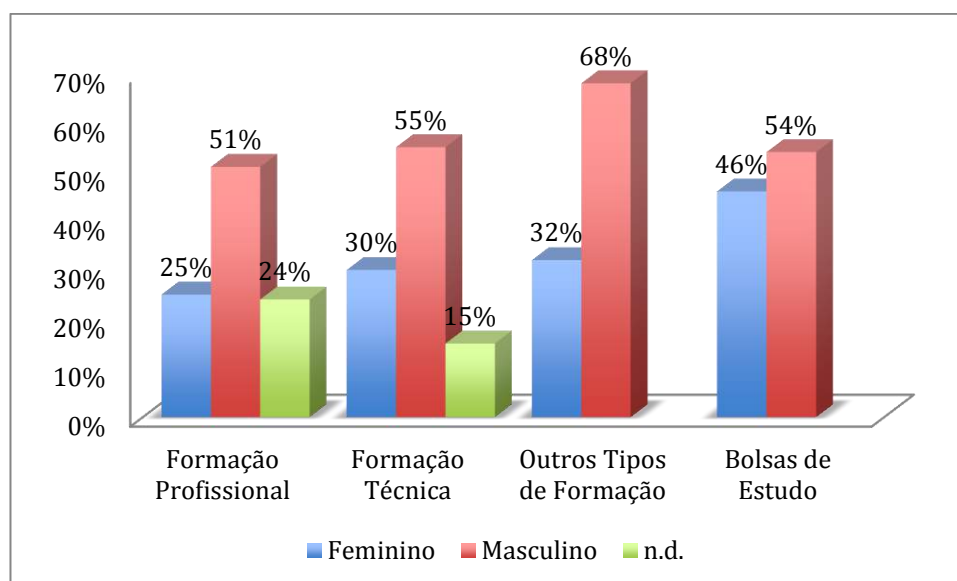
Segundo a tabela 9 que apresenta os programas com os beneficiários desagregados por género. O programa de assistência técnica para o sector terciário que foi implementado pela UNTL não apresenta o número de beneficiários na tabela, porque o orçamento deste programa ficou misturado com outros programas que a UNTL já tinha com o FDCH e por conseguinte os beneficiários também ficaram misturados com os beneficiários dos outros programas não sendo possível ter uma informação separada. Pode-se notar que o total dos beneficiários do sexo feminino de todos os programas é de 13,528 mulheres representando 30% do total. A tabela mostra um total de 6,535 beneficiários que não é possível desagregar os dados por género, porque os dados foram apresentados por grupos não sendo por isso possível identificar o sexo dos beneficiários.

**Tabela 9 –Programas do FDCH por beneficiários desagregado por género**

Programas	No. Beneficiários			
	Feminino	Masculino	n.d.	Total
Formação Profissional	3,891	8,017	3,756	15,664
Formação Técnica	5,588	10,116	2,777	18,481
Outros Tipos de Formação	2,045	4,323	-	6,368
Bolsas de Estudo	1,994	2,325	-	4,319
Assistência técnica sector judiciário	10	33	2	45
Assistência técnica sector terciário	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Total</b>	<b>13,528</b>	<b>24,814</b>	<b>6,535</b>	<b>44,877</b>

Como se pode observar na figura 4, a formação profissional é o programa com menor número de beneficiários do sexo feminino seguido da formação técnica. O programa de bolsas de estudo é o que apresenta um maior equilíbrio entre os beneficiários do sexo feminino e do sexo masculino.

Figura 4: Percentagem dos beneficiários desagregado por género e por tipo de formação

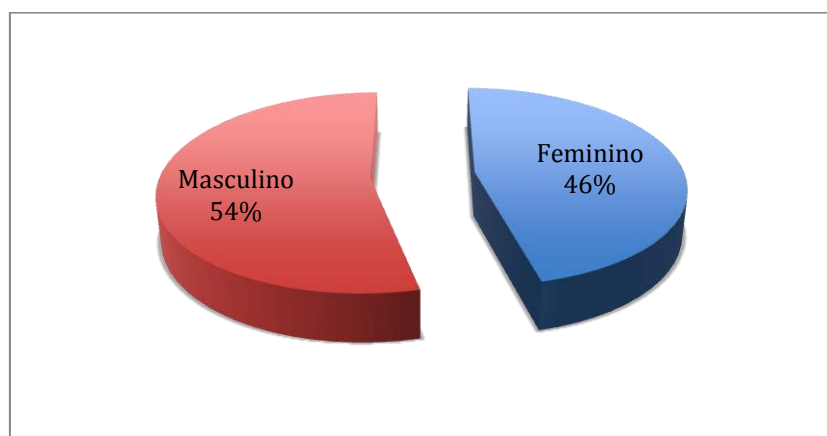


## 11. Programa de bolsas de estudo

O programa de bolsas de estudo do FDCH começou a partir do ano de 2011 e deu continuidade aos programas de bolsas de estudo já existentes nos ministérios desde o ano de 2008. Considerando que em 2011, ano de início das atividades do Fundo, as instituições do ensino superior nacionais ainda estavam numa fase evolutiva, muitas bolsas de estudo foram utilizadas para o envio dos estudantes para o estrangeiro.

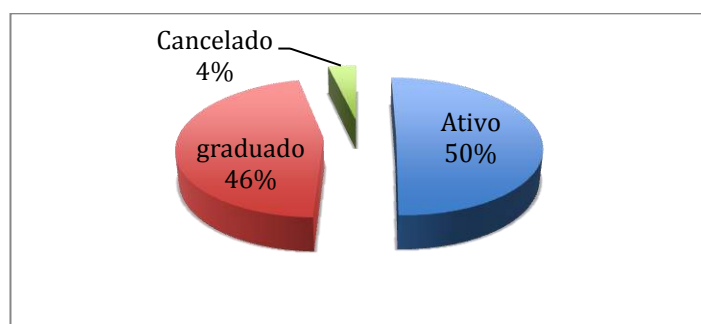
Este programa financiou 1,994 mulheres (46%) e 2,325 homens (54%) dum total de 4,319 beneficiários ao longo destes 5 anos (Figura 5). Este programa abrangeu não só funcionários públicos mas também o público em geral.

Figura 5: Bolsa de estudo segundo o género



Um total de 2,170 bolseiros (50%) continuam a estudar e 1,978 bolseiros (46%) já terminaram os seus estudos e regressaram ao país. Há um grupo composto por 159 bolseiros (4%) que por diversos motivos tiveram a sua bolsa de estudo cancelada ou desistiram dos seus estudos (Figura 6). Destes estudantes, alguns decidiram continuar os seus estudos por conta própria, uns receberam subsídios pontuais do Fundo e alguns beneficiaram de bilhete de regresso quando terminaram os seus estudos.

Figura 6: Situação dos bolseiros depois de cinco anos (2011 a 2015)



Em média, o Fundo gastou um total de 19,357 dólares por pessoa ao longo dos 5 anos. A maioria das bolsas de estudo são realizadas em Timor-Leste (1,572 bolseiros) seguido da Indonésia (1,409 bolseiros), justificando deste modo o custo baixo por beneficiário. Estes dois países representam cerca de 69% do destino dos beneficiários deste programa (Tabela 10).

**Tabela 10: Total de bolseiros por país de destino**

No.	País de Destino	No. Bolseiros	%
1	Timor-Leste	1,572	36%
2	Indonésia	1,409	33%
3	Portugal	356	8%
4	Cuba	278	6%
5	Brasil	219	5%
6	Filipinas	207	5%
7	Tailândia	108	3%
8	Austrália	101	2%
9	Outros países	69	Menor que 1%
<b>Total</b>		<b>4,319</b>	

A maior parte das bolsas são alocadas para os níveis de Diploma 3 com 1,522 estudantes (979 do sexo feminino e 543 do sexo masculino) e nível de licenciatura com 2,098 estudantes (871 do sexo feminino e 1227 do sexo masculino) conforme mostrado na tabela 11.

**Tabela 11: Total de bolsеiros por nível de ensino e por gênero**

No.	Nível de Ensino	No. Bolsеiros		
		Feminino	Masculino	Total
1	Licenciatura	871	1,227	2,098
2	Diploma III	979	543	1,522
3	Mestrado	112	447	559
4	Doutoramento	17	77	94
5	Diploma IV	11	6	17
6	Diploma I	-	14	14
7	Diploma II	4	8	12
8	Não definido	-	3	3
<b>Total</b>		<b>1,994</b>	<b>2,325</b>	<b>4,319</b>

As instituições com maior número de bolsеiros são o Ministério da Saúde com 2,479 estudantes seguido do Ministério da Educação com 811 estudantes e o INAP com 490 estudantes segundo a tabela 12.

**Tabela 12 – Total de beneficiários do programa de bolsas de estudo por instituição**

No.	Instituições	Bolsas de Estudo	%
1	Ministério da Saúde	2,479	57%
2	ME/GBE	811	19%
3	INAP	490	11%
4	MPRM	161	4%
5	Ministério Finanças	153	4%
6	UNTL	136	3%
7	Outras Instituições	89	2%
<b>Total</b>		<b>4,319</b>	

As áreas relacionadas com a saúde, administração e finanças, informática e contabilidade são as áreas com maior número de beneficiários segundo a tabela 13 apresentada a seguir.

**Tabela 13. Áreas de Estudo financiadas pelo FDCH através do programa de bolsas de estudo**

No.	Área do curso	Total de beneficiários
1	Medicina Geral	827
2	Enfermagem	533
3	Parteira	463
4	Farmácia	144
5	Gestão de Finanças, de Administração	141
6	Analista	140
7	Medicina Dentária	90
8	Enfermagem Dentária	84
9	Informática	81
10	Contabilidade	63

No.	Área do curso	Total de beneficiários
11	Políticas Públicas	49
12	Radiologia	46
13	Direito	45
14	Administração Pública	44
15	Medical Record	43
16	Engenharia Geológica	40
17	Turismo	35
18	Gestão de Recursos Humanos	33
19	Finanças e Finanças do Estado	33
20	Piloto de Avião	32
21	Administração do Governo Local	31
22	Ciência da Natureza e Matemática	30
23	Gestão do Desenvolvimento Regional	30
24	Outras áreas	1,262
<b>Total</b>		<b>4,319</b>

Os municípios de Díli e Baucau são os que apresentam maior número de bolseiros, uma vez que também são os municípios mais populosos, segundo os dados da tabela 14.

**Tabela 14: Total de bolseiros por Município e por género**

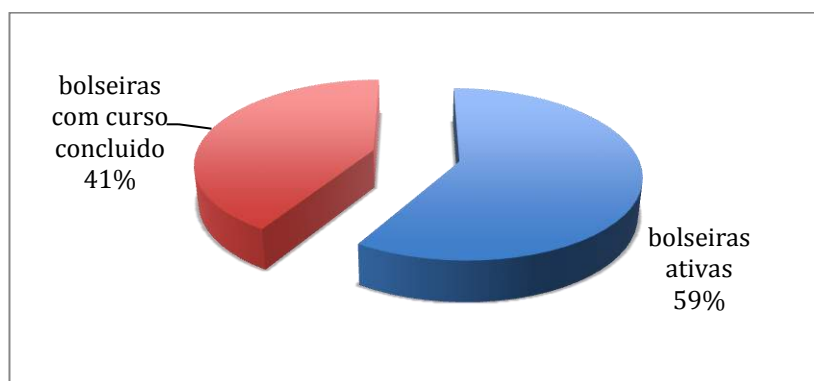
No.	Nome do Município	Total de bolseiros		
		Feminino	Masculino	Total
1	Díli	533	417	950
2	Baucau	253	313	566
3	Lautem	169	206	375
4	Viqueque	125	213	338
5	Bobonaro	121	168	289
6	Ermera	101	122	223
7	Covalima	124	88	212
8	Ainaro	103	103	206
9	Manatuto	82	96	178
10	Manufahi	70	85	155
11	Liquiçá	73	74	147
12	Oecusse	57	78	135
13	Aileu	57	60	117
14	Outros países	5	4	9
15	n.d.	121	298	419
<b>Total</b>		<b>1,994</b>	<b>2,325</b>	<b>4,319</b>



## 12. Breve Análise Desagregada por Género

Do total de 4,319 pessoas beneficiadas com bolsa de estudo, 1,994 pessoas (46%) são do sexo feminino e 54 % são do sexo masculino, havendo por isso uma pequena diferença entre estes dois grupos. Um total de 823 bolseiras (41%) já terminaram os seus estudos e 1,171 bolseiras (59%) ainda continuam ativas (Figura 7).

Figura 7: Situação dos bolseiros do sexo feminino depois de 5 anos (2011 a 2015)



De 11 instituições que atribuem bolsas de estudo, o Ministério da Saúde é a instituição com maior número de bolseiros do sexo feminino, representando 57% seguido do Gabinete do Procurador Geral com 55%.

O Ministério das Finanças, Ministério da Educação, Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, Secretaria de Estado das Mulheres, Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto apresentam uma percentagem que varia de 32% a 41%. A UNTL e a F-FDTL apresentam uma percentagem menor que 20% (Tabela 15).

**Tabela 15: Percentagem dos bolseiros do sexo feminino por instituição**

No.	Instituição	No. Bolseiros		
		Feminino	Total	%
1	MS	1,418	2,479	57%
2	GPR	11	20	55%
3	MF	63	153	41%
4	ME	313	811	39%
5	MPRM	57	161	35%
6	SEPI	1	3	33%
7	MJ	2	6	33%
8	SEJD	7	22	32%
9	INAP	98	490	20%
10	UNTL	21	136	15%
11	F-FDTL	3	38	8%
<b>Total</b>		<b>1,994</b>	<b>4,319</b>	

A maioria das mulheres bolseiras 1,451 (representando 73%) dum total de 1,994 está na área da saúde. Deste grupo, o maior número tem o nível de diploma e licenciatura.

As mulheres a estudarem na área da saúde com o nível de diploma têm 946 (representando 65% do total de 1,451) estão concentradas nas áreas de parteira (463 bolseiras), enfermagem (312 bolseiras) e farmácia (76 bolseiras). Este padrão é de se esperar uma vez que a maioria das bolsas de estudo pertencem a área da saúde e também considerando que este sector tradicionalmente é dominado por pessoas do sexo feminino principalmente nas áreas que requerem a função de cuidar como as enfermeiras e parteiras.

No entanto, ao nível de licenciatura na área da saúde (470 bolseiras representando 32% do total de 1,451) a maioria das mulheres (367 bolseiras) estudou medicina geral. Dum total de 17 bolseiras com o nível de especialista e doutoramento, 12 são de áreas especializadas da saúde.

Um total de 543 mulheres receberam bolsas de estudo noutras áreas. As áreas de administração, finanças, gestão, estatística, engenharias, informática e educação representam 64 % ou seja 343 mulheres. Um total de 29% de mulheres bolseiras está na área de engenharias e informática dum total de 455 bolseiros nesta área.

A maioria das mulheres bolseiras (994 do total de 1,994) tem idade compreendida entre 24 a 30 anos. 512 mulheres têm idade menor de 24 anos e cerca de 306 têm idade de 31 anos ou superior. Um total de 182 não tem definida o ano de nascimento.

Duma maneira geral os municípios apresentam uma pequena diferença quando se desagrega por género os dados dos bolseiros. Os municípios de Covalima e Díli apresentam uma predominância de bolseiros do sexo feminino, numa percentagem de 58% e 56% do total respectivamente. Os municípios de Ainaro e Liquiça apresentam um equilíbrio com uma percentagem de 50%. Os municípios de Oecusse, Bobonaro e Viqueque são aqueles que apresentam uma percentagem mais baixa, com 42% e 37% respectivamente.

### 13. Programas de Formação

O FDCH dividiu os programas de formação em três categorias. A formação profissional, a formação técnica e outros tipos de formação. Com base na tabela 34 que apresenta o total de beneficiários por tipo de formação e área do curso em anexo, durante os 5 anos de implementação dos programas de formação, nota-se que não houve uma diferenciação clara entre as áreas dos cursos e os tipos de formação definidos pelo FDCH. Por exemplo as áreas de administração, auditoria, gestão de diversas áreas, línguas inglesa e portuguesa e assistência ao estudo são áreas que se podem encontrar nos três tipos de formação. Como resultado desta mistura, fica difícil fazer se uma análise mais profunda sobre cada tipo de formação, o orçamento alocado e os beneficiários. No entanto, com base na informação disponível tentou-se fazer uma análise e apresentar os dados por cada tipo de formação.

De seguida apresenta-se a informação por cada tipo de formação.

### 13.1 Programa de Formação Profissional

A formação profissional é o segundo programa com maior financiamento durante os cinco anos. Este programa beneficiou um total de 15,664 pessoas que receberam treinamento em várias áreas. A formação realizada pela SEPFOPE e pelos Centros de Formação Comunitários, Registados e Acreditados apoiados pela SEPFOPE, predominaram este programa segundo a tabela 16. A formação em língua coreana com o objetivo de preparar os trabalhadores que vão trabalhar na Coreia do Sul seguido da formação nas áreas de hospitalidade, administração e finanças, eletricidade, mecânica, agricultura, pedreiro, construção, hidráulica, refrigeração, panificação, carpintaria, soldadura, canalização, costura, fabrico de tijolos e pintura foram as áreas mais importantes. Esta formação foi dirigida principalmente para os jovens.

Entretanto, este programa também financiou as áreas de administração e finanças, auditoria, língua inglesa, gestão, informática e outras áreas para os funcionários públicos.

A maioria dos beneficiários participaram em cursos que tiveram uma duração de 6 meses a 1 ano devido a predominância dos cursos profissionais. Apenas 7% (1,021) do total dos beneficiários participaram em cursos com duração de menos de 10 dias.

**Tabela 16: Total de beneficiários da formação profissional por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	SEPFOPE	12,102	77%
2	UNTL	591	4%
3	IGE	536	3%
4	MJ	412	3%
5	MI	409	3%
6	Outras Instituições	1,614	10%
<b>Total</b>		<b>15,664</b>	

As principais áreas estão demonstradas na tabela a seguir. Os dados da tabela mostram também que o sector da justiça usou este tipo de programa para formar os seus funcionários nas áreas de magistratura e defensoria pública, notariado e conservadores. Outra área foi a formação de investigadores e especialistas de laboratório da policia de investigação criminal recentemente formada (PCIC). O sector da justiça também formou advogados privados dentro deste programa.

**Tabela 17: Total de beneficiários por áreas de treinamento de formação profissional**

No.	Área do curso	Total de beneficiários
1	Língua Coreana	7,620
2	Fundação, eletricidade, mecânica, agricultura, pedreiro, construção, hidráulica, refrigeração, panificação, carpintaria, soldadura, canalização, costura, fabrico de tijolos, pintura	1,799
3	Administração e finanças	1,091
4	“on the job training”	859

No.	Área do curso	Total de beneficiários
5	Auditoria (vários níveis e varias áreas)	632
6	Língua Inglesa	443
7	Hospitalidade/hotelaria	432
8	Mestrados em economia e gestão, empresarial, formação de professores, saúde e produção animal, educação, contabilidade, recursos naturais e ambiente, enfermagem e parteiras e administração da educação (curso universitário)	365
9	IT	315
10	Gestão	223
11	Advogados e serviços judiciais	160
12	Investigação e especialista de laboratório da policia de investigação criminal	89
13	Magistrados e defensores públicos, conservadores e notários	88
14	Igualdade de género	42
15	Outras áreas	1,506
<b>Total</b>		<b>15,664</b>

A maior parte dos cursos de formação profissional foi realizada em Timor-Leste (88%) e Indonésia (9%). Uma pequena parte foi realizada em Portugal e outros países (Tabela 18).

**Tabela 18: Total beneficiários por país de destino da Formação Profissional**

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	13,845	88%
2	Indonésia	1,416	9%
3	Portugal	162	1%
4	Outros Países	241	2%
<b>Total</b>		<b>15,664</b>	

### 13.2 Programa de Formação Técnica

O programa de formação técnica beneficiou um total de 18,481 pessoas que receberam treinamento em diferentes áreas técnicas. A maioria dos beneficiários deste tipo de formação, segundo a tabela 19, pertence ao INFORDEPE com o seu programa de formação inicial e contínua de professores, para além de vários treinamentos incluindo a indução geral realizados pelo INAP aos funcionários públicos. O Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM) segundo a tabela 20 também usou este programa para dar formação em inglês aos estudantes recém graduados em áreas relacionadas ao petróleo e gás dentro do programa

chamado de “Graduate Recruitment Training Program”. No âmbito da capacitação de desenvolvimento do “tasi mane” no município de Suai o MPRM também financiou cursos de inglês e computador para os jovens.

As instituições F-FDTL, MAP, PNTL e MD usaram este programa não só para formarem os seus funcionários em cursos de curta duração mas também usaram o orçamento deste programa para financiarem os seus funcionários a estudarem em instituições universitárias no país e no estrangeiro.

A maioria dos beneficiários participou em cursos com duração de 3 dias, 4 dias até três meses. Entretanto a formação aos professores realizada pelo INFORDEPE teve uma duração de 3 anos e 256 beneficiários participaram em formações com duração de 4 meses a 6 anos.

**Tabela 19: Total de beneficiários da formação técnica por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	INFORDEPE	6,244	34%
2	INAP	4,715	26%
3	MPRM	4,193	23%
4	PNTL	1,115	6%
5	MI	790	4%
6	Outras Instituições	1,424	8%
<b>Total</b>		<b>18,481</b>	

Através da tabela 20 pode-se ver com detalhe as áreas de formação que estão incluídas neste programa.

**Tabela 20: Total de beneficiários por áreas de treinamento da formação técnica**

No.	Área do curso	Total de beneficiários
1	Formação inicial e contínua dos professores	6,244
2	Treinamento realizado pelo INAP	3,191
3	Língua inglesa	2,595
4	Língua inglesa ou computador	2,082
5	Segurança e polícia	964
6	Indução geral	542
7	Guardas de segurança dos edifícios públicos	489
8	Gestão de arquivo	240
9	Subsidio ao estudo (várias áreas de estudo e várias instituições)	218
10	Liderança	130



No.	Área do curso	Total de beneficiários
11	Contabilidade no computador, administração e finanças	161
12	Língua portuguesa	106
13	Outras áreas	1,519
	<b>Total</b>	<b>18,481</b>

Uma grande parte da formação técnica foi realizada no país, representando cerca de 92% do total da formação. Outros países que os beneficiários foram para receber formação técnica foram a Indonésia e Índia, representando uma pequena parte, 5% e 1% respectivamente (Tabela 21).

**Tabela 21: Total beneficiários por país de destino da Formação Técnica**

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	16,949	92%
2	Indonésia	847	5%
3	Índia	241	1%
4	Outros Países	444	2%
<b>Total</b>		<b>18,481</b>	

### 13.3 Programa de Outros Tipos de Formação

O programa de outros tipos de formação beneficiou um total de 6,368 pessoas em diferentes áreas de formação. A maioria dos beneficiários deste programa foram os estudantes finalistas no país e na Indonésia que receberam um subsídio de apoio ao seus estudos atribuído através do Ministério da Educação. A policia também realizou formação básica para os seus agentes através deste programa e a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto realizou treinamento na área de futebol para cerca de 648 jovens (Tabela 22).

Este programa teve duração da formação variável de 4 dias até 9 meses a 1 ano.

**Tabela 22: Total de beneficiários dos outros tipos de formação por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	ME	2,802	44%
2	UNTL	1,487	23%
3	PNTL	865	14%
4	SEJD	664	10%
5	INAP	323	5%
6	Outras Instituições	227	4%
<b>Total</b>		<b>6,368</b>	

Pode se observar através da tabela 23, os detalhes dos cursos que integraram este tipo de formação.

**Tabela 23: Total de beneficiários por áreas de treinamento de outros tipos de formação**

No.	Área do curso	Total de beneficiários
1	Subsidio de estudo aos estudantes finalistas	2,795
2	Alunos beneficiados com a contratação de Professores para lecionar na UNTL diversas áreas	1,487
3	Polícia (formação básica)	803
4	Treino de futebol para os jovens	648
5	Língua inglesa	173
6	Subsidio de assistência ao estudo pelo INAP	170
7	Administração geral	152
8	Outras áreas	140
<b>Total</b>		<b>6,368</b>

O país onde a maior parte dos beneficiários fizeram o treinamento dentro do programa outros tipos de formação foi Timor-Leste (98%) tal como no programa de formação profissional e programa de formação técnica (Tabela 24).

**Tabela 24: Total beneficiários por país de destino de Outros Tipos de Formação**

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	6,254	98%
2	Indonésia	83	1%
3	Outros Países	31	0%
<b>Total</b>		<b>6,368</b>	

### 13.4 Programa de Assistência Técnica para o Sector Judiciário

Este programa foi criado somente no ano de 2015 para dar assistência ao sector judiciário, mas devido a muitos problemas enfrentados por este sector, não foi possível beneficiar um grande número de funcionários a trabalharem nesta área. Um total de 43 beneficiários foram alvo deste programa e pertencentes todos aos tribunais. Estes funcionários foram tirar os cursos de finanças, contabilidade efetiva, gestão de aprovisionamento, logística, estratégia de recursos humanos, gestão de informática e tecnologia de informação na Indonésia.

## Áreas de Formação Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional

Baseado na tabela 25 das áreas de estudo financiadas pelo FDCH segundo as áreas prioritárias do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 a 2030 podemos observar que as subáreas da educação e formação e saúde dentro da grande área do Capital Social, a subárea do sector privado dentro da grande área de Desenvolvimento Económico e as subáreas de segurança e gestão e boa governação do sector público dentro da grande área do Quadro Institucional foram as áreas que se beneficiaram mais e tiveram mais pessoas formadas.

Em contrapartida, a inclusão social, meio ambiente e cultura e património são as três subáreas do Capital Social que se beneficiaram menos com a formação e bolsas de estudo. A área de Desenvolvimento de Infraestruturas numa maneira geral não teve muitas áreas beneficiadas principalmente as subáreas de água e saneamento, portos marítimos, aeroportos e telecomunicações (excluindo a área de informática). A subárea dos negócios estrangeiros dentro da grande área do Quadro Institucional foi outra subárea que também não se beneficiou muito com a formação e bolsas de estudo. Existem áreas de formação que foram financiadas pelo FDCH mas que não se enquadram diretamente na lista das áreas prioritárias definidas pelo PED.

Muitas das instituições públicas que receberam orçamento do FDCH para formação dos seus funcionários, durante o período em referência do relatório, apostaram mais em ações de formação em áreas ligadas a gestão e administração e não muito em áreas técnicas específicas de importância para as suas instituições. Ao longo destes cinco anos, o Governo fez um esforço enorme no sentido de pôr um grande orçamento no desenvolvimento de infraestruturas mas pelos dados constantes na Tabela 25 nota-se que esse esforço não foi acompanhado pelo desenvolvimento dos recursos humanos na grande área de desenvolvimento de infraestruturas, subáreas de estradas e pontes, água e saneamento, eletricidade, portos, aeroportos e telecomunicações.

Apesar do FDCH durante os 5 primeiros anos ter estado mais virado para o desenvolvimento das capacidades dos recursos humanos do sector público, 10% do total do orçamento foi usado para ações de formação para o público jovem através da SEPFOPE e dos Centros de Formação Profissional apoiados pela SEPFOPE.

**Tabela 25: Agrupamento das áreas segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento e segundo as áreas financiadas pelo FDCH ao longo dos cinco anos**

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
<b>1. Capital Social</b>								
Educação e Formação	Administração educacional	56		56			56	
	Artes e Humanidades	8		8		8		
	Biblioteca e arquivo digital	20	19	1		1		
	Bioquímica	1		1		1		
	Ciência da Natureza e Matemática	46		46		34	12	
	Ciência da educação e formação professores (inicial e contínua)	6,483		6,483	6,432		51	
	Desenvolvimento Curricular	3		3			3	
	Educação Científica e Tecnológica	24	4	20		2	11	7
	Educação Física e Desporto	21		21	12	5	4	
	Filosofia	1		1			1	
	Inglês	3		3		1	2	
	Laboratório de Física e Química	4		4			4	
	Língua e linguística portuguesa, Literatura e Cultura Inglesa e Ciências Humanas	53		53		1	52	
	Métodos qualitativos e quantitativos para os professores de economia	30	30					
	Pedagogia de formadores	2	2					
	Política e gestão educacional	26		26		1	25	
	Português como Segunda Língua	2		2			2	
	Psicologia	4		4			4	
	Sistema de acreditação académica	4	4					
	Sociologia	6		6			1	5
<b>Total Educação e Formação</b>		<b>6,797</b>	<b>59</b>	<b>6,738</b>	<b>6,444</b>	<b>54</b>	<b>228</b>	<b>12</b>
Saúde	Analista	140		140	89	51		
	Anatomia Humana	2		2				2
	Anestesista	1		1			1	
	Biomedicina	4		4		4		
	Bioquímica Clínica	2		2				2
	Cardiologia	3		3			2	1
	Ciência Farmacêutica e Saúde Pública	3		3			3	
	Cirurgia Geral	1		1			1	
	Dermatologia	3		3			1	2
	Desenvolvimento de Políticas da Saúde	2		2				2
	Eletro Médico	26		26	26			
	Embriologia Humana	2		2				2
	Enfermagem (dentária)	617		617	605	12		
	Enfermagem e parteira	36		36			36	

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
Saúde	Farmácia	144		144	138	6		
	Fisiologia Humana	2		2			2	
	Fisioterapia	21		21	20	1		
	Engenharia Médica	15		15		14	1	
	Gestão de Saúde	1		1		1		
	Histologia	2		2				2
	Laboratório	7		7	6	1		
	Medical Record	43		43	42	1		
	Medicina Dentária	90		90	22	66	1	
	Medicina de Emergência	1		1				1
	Medicina Geral	827		827		821	3	3
	Medicina Interna	6		6			1	5
	Medicina legal	2	2					
	Neurologia	2		2			1	1
	Nutrição	2		2		2		
	Obstetrícia e Ginecologia	5		5		1	1	3
	Ortodencia	2		2			1	1
	Ortopedia Traumática	2		2			1	1
	Parteira	463		463	462	1		
	Patologia Anatômica	2		2			1	1
	Patologia Clínica	1		1				1
	Pediatria	2		2			1	1
	Promoção da Saúde	1		1			1	
	Pulmonologia	1		1				1
	Radiologia	46		46	43	1		2
	Reabilitação Médica	1		1				1
	Refração Óptica	5		5	4	1		
	Saúde Pública	60	60			60		
<b>Total Saúde</b>		<b>2,598</b>	<b>62</b>	<b>2,536</b>	<b>1,457</b>	<b>1,044</b>	<b>59</b>	<b>35</b>
Inclusão Social	Capacitação das mulheres dos países em desenvolvimento	8	8					
	Género	43	42	1			1	
	Participação da mulher no desenvolvimento socioeconómico	17	17					
	Serviços Sociais e Estudo de Desenvolvimento	1		1			1	
<b>Total inclusão social</b>		<b>69</b>	<b>67</b>	<b>2</b>			<b>2</b>	
Meio Ambiente	Ambiente	21		21		14	8	
	Análise Impacto Ambiental	3	3					
	Ecologia e Análise Ambiental	1		1		1		
	Engenharia do Território e Ambiental	6		6			5	1
	Engenharia Mineração e Ambiental	1		1		1		
	Engenharia Sanitária e Ambiental	3		3		3		
	Energias Renováveis	1		1		1		
	Gestão dos Recursos Naturais	2		2			2	

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
	Planeamento e Gestão do Território	3		3		3		
	Reabilitação e Construção Sustentável	1		1			1	
	Sistemas Energéticos e Alterações Climáticas	1		1			1	
<b>Total Meio Ambiente</b>		<b>44</b>	<b>3</b>	<b>41</b>		<b>23</b>	<b>17</b>	<b>1</b>
<b>Cultura e Património</b>	Arqueologia	3	1	2		2		
	Arquivo	9		9	7	2		
	Artes Visuais	2		2	2			
	Comunicação Visual	2		2		2		
	Conservação do Património Cultural	5	5					
	Dança	5		5	5			
	Museologia	2		2		2		
	Música	6		6	6			
	Pesquisa Arqueológica	7	7					
	Proteção e herança da diversidade cultural e étnica	2	2					
<b>Total Cultura e Património</b>		<b>43</b>	<b>15</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>8</b>		
<b>2. Desenvolvimento de Infra-Estruturas</b>								
<b>Estradas e Pontes</b>	Engenharia Civil	29		29		27	2	
	Engenharia de Materiais	3		3		3		
	Manutenção de Estradas	6	6					
	Solos e Avaliação Rodoviária	38	38					
	Teste de material e asfalto	14	14					
<b>Total Estradas e Pontes</b>		<b>90</b>	<b>58</b>	<b>32</b>		<b>30</b>	<b>2</b>	
<b>Água e Saneamento</b>	Engenharia de Gestão de Água	1		1				1
	Engenharia Hidráulica	1		1			1	
<b>Total água e saneamento</b>		<b>2</b>		<b>2</b>			<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Eletricidade</b>	Eletricidade	200	200					
	Energia e Climatização de Edifícios	1		1			1	
	Engenharia de Energias	10		10		10		
	Engenharia Elétrica	2		2		1	1	
	Manutenção de Alta Voltagem	15	15					
	Medição de eletricidade	3	3					
	Proteção do Sistema de Distribuição	6	6					
	Proteção e Manutenção da Linha de Distribuição de Energia e Uso de Para-Raios	23	23					
	Técnicas de Manutenção Elétrica	1	1					
<b>Total Eletricidade</b>		<b>261</b>	<b>248</b>	<b>13</b>		<b>11</b>	<b>2</b>	
<b>Portos Marítimos</b>	Gestão de Transporte e Logística	1		1		1		
	Gestão dos Portos	1	1					
	Mecânico de barcos	8	8					
	Piloto de Barco	3		3		3		
	Transporte Marítimo	2		2		2		



Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
	Segurança marítima e gestão de segurança e controlo de tráfico no porto	6	6					
<b>Total Portos Marítimos</b>		<b>21</b>	<b>15</b>	<b>6</b>		<b>6</b>		
<b>Aeroporto</b>	Controladores de Tráfico Aéreo	12	12					
	Engenharia Aeronáutica	1		1		1		
	Manutenção de Aeronaves	6		6		6		
	Organização Internacional de Aviação Civil	7	7					
	Piloto de Avião	50	18	32	13	19		
	Tecnologia Electrónica do Avião	2		2		2		
	Segurança da aviação	9	9					
	Sistema Iluminação do Aeroporto	4	4					
<b>Total aeroporto</b>		<b>65</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>21</b>		
<b>Telecomunicações</b>	Engenharia Electrónica	4		4		4		
	Engenharia Electrónica e Telecomunicação	9		9		7	2	
	Engenharia Informática	11		11		4	7	
	Engenharia Informática e Telecomunicação	8		8		8		
	Engenharia de Sistemas	1		1			1	
	Engenharia Teleinformática	1		1		1		
	Fibra óptica	4	4					
	Gestão de Informática	2		2		2		
	Informática	436	355	81	27	50	4	
	Novas Tecnologias de Informação	2		2		2		
	Segurança da Rede de Internet	5	5					
	Servidor do Sistema de Windows 2012	8	8					
<b>Total telecomunicações</b>		<b>491</b>	<b>372</b>	<b>119</b>	<b>27</b>	<b>78</b>	<b>14</b>	
<b>3. Desenvolvimento Económico</b>								
<b>Desenvolvimento rural</b>	Arquitetura	15		15		15		
	Arquitetura com Especialização em Gestão Urbanística	5		5			5	
	Desenvolvimento Regional	2		2			2	
	Desenvolvimento Económico	1		1		1		
	Economia	4		4		4		
	Engenharia Urbana	1		1			1	
	Geografia e Planeamento Regional	5		5		5		
	Gestão do Desenvolvimento Regional	30		30			30	
	Gestão dos Recursos Hídricos Integrados	6	6					
	Ordenamento do Território	8		8			8	
	Planeamento e Gestão do Território	3		3		3		
	Política de Desenvolvimento	1		1		1		

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
<b>Total Desenvolvimento Rural</b>		<b>81</b>	<b>6</b>	<b>75</b>		<b>29</b>	<b>46</b>	
Agricultura	Agricultura	83	81	2			2	
	Agronegócio	6		6			6	
	Agropecuária	5		1		1		
	Agronomia	15		15		12	3	
	Biologia	2		2				2
	Ciência Animal			1			1	
	Climatologia	5	5					
	Economia Agrícola	4		4			3	1
	Engenharia Industrial	11		11		7	3	
	Engenharia Zootécnica	1		1			1	
	Extensão Agrícola	5	5					
	Florestas	4		4		3	1	
	Gestão do Agro Negócio	3		3			3	
	Gestão de Projeto	1		1			1	
	Marketing	1		1	1			
	Medicina Veterinária	7		7		5	2	
	Mercado	3		3			2	1
	Meteorologia	12		12		12		
	Pecuária	26	20	6		6		
<b>Total Agricultura</b>		<b>194</b>	<b>111</b>	<b>80</b>	<b>1</b>	<b>46</b>	<b>28</b>	<b>4</b>
Petróleo	Engenharia de Minas	19		19		14	5	
	Engenharia de Petróleo	5		5		5		
	Engenharia Geodésica	7		7		7		
	Engenharia Geofísica	40		40		36	4	
	Engenharia Geológica	1		1		1		
	Engenharia Geotécnica e Geoambiente	17		17		17		
	Engenharia Química e Bioquímica	3		3		3		
	Geociência do Petróleo	2		2	1	1		
	Geodesia	11		11		11		
	Geofísica	11		11		11		
	Geografia	9		9		9		
	Geologia	2		2		2		
	Geomática	1		1			1	
	Geotécnica	4		4		4		
	Indústria de Gás e Petróleo	15	15					
	Química Industrial	1		1		1		
	Taxa de Petróleo	6		6		6		
<b>Total Petróleo</b>		<b>154</b>	<b>15</b>	<b>139</b>	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>10</b>	
Turismo	Economia, Turismo e Desenvolvimento Regional	1		1			1	
	Gestão e Planeamento em Turismo	1		1			1	
	Gestão Turística e Cultural	3		3	2	1		
	Hospitalidade, Turismo e Arte Culinária	407	404	3		1	2	
	Plano e Desenvolvimento do	14	14					

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
	Turismo Comunitário							
	Turismo	35		35		24	10	1
<b>Total Turismo</b>		<b>461</b>	<b>418</b>	<b>43</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>1</b>
<b>Sector Privado</b>	Administração	861	861					
	Alvenaria	58	58					
	Canalização	42	42					
	Carpintaria	188	188					
	Construção geral	60	60					
	Costura	32	32					
	Economia de Negócios	1		1		1		
	Engenharia	32	32					
	Estágios profissionais	859	859					
	Fundação (centro de formação profissional)	236	236					
	Gestão Empresarial	23	23					
	Hidráulica	58	58					
	Hospitalidade/hotelaria	404	404					
	Língua Coreana	7,621	7,621					
	Língua Inglesa	2,595	2,595					
	Língua Inglesa ou Computador	2,082	2,082					
	Marcenaria	54	54					
	Mecânica de carros, motos e equipamentos pesados	136	136					
	Panificação	57	57					
	Pedreiro	81	81					
	Pintura	15	15					
	Refrigeração	31	31					
	Soldadura	76	76					
	Trabalho com bambu	10	10					
	Tijolo (produção local)	19	19					
<b>Total Sector Privado</b>		<b>15,631</b>	<b>15,630</b>	<b>1</b>		<b>1</b>		
<b>4. Quadro Institucional</b>								
<b>Segurança</b>	Análise inteligência contra terrorismo	6	6					
	Avaliação de conflitos	3	3					
	Bombeiros, grupo especial de intervenção de bombeiros	138	138					
	Brigadeiros e Inspetores (várias áreas)	48	48					
	Crime organizado	1	1					
	Criminologia	12		12		12		
	Cumprimento da Lei	46	46					
	Especialista de laboratório da polícia científica	31	31					
	Formação Básica para a Polícia	803	803					
	Imigração ilegal	6	6					
	Inspetor de leis, Inspetor da Polícia	16	16					
	Instrutores para a Segurança	15	15					

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
	dos Edifícios Públicos							
	Inteligência e análise contra Terrorismo	26	26					
	Inteligência especial para os oficiais do sexo feminino	12	12					
	Investigação, Investigação básica de inteligência	24	24					
	Investigação criminal PCIC	52	52					
	Gestão da polícia executiva	14	14					
	Guardas de segurança dos Edifícios Públicos	489	489					
	Migração	22	22					
	Planeamento de emergência na área de proteção civil	20	20					
	Policamento Comunitário	41	41					
	Polícia de Trânsito	9	9					
	Pontos Focais e Mediadores Nacionais para a Construção da Paz	46	46					
	Task Force para a Polícia	111	111					
	Tomada de Decisão e Resolução de Conflitos	15	15					
	Tráfico humano	8	8					
	Trânsito terrestre	15	15					
	Transformação de Conflito	10	10					
	UEP	237	237					
	UPM	97	97					
	UPF	75	75					
<b>Total Segurança</b>		<b>2,448</b>	<b>2,436</b>	<b>12</b>		<b>12</b>		
Defesa	Academia militar	37	16	21	3	18	1	
	Curso de banda militar	30	30					
	Defesa (várias áreas)	53	53					
	Engenharia básica para os oficiais militares	2	2					
	Infantaria	1	1					
	Manutenção de armas	2	2					
	Oficiais cadetes, juniores	27	27					
	Técnicos da marinha	1	1					
	Técnicos de emergência médica na defesa	4	4					
<b>Total Defesa</b>		<b>157</b>	<b>136</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	
Negócios Estrangeiros	Ciência Política e Relações Internacionais	2		2				2
	Ciência Social e Ciência Política	10		10		2	8	
	Diplomacia	64	64					
	Língua e Relação Internacional	1		1		1		
	Relações Internacionais	26	2	24		15	9	
<b>Total Negócios Estrangeiros</b>		<b>103</b>	<b>66</b>	<b>37</b>		<b>18</b>	<b>17</b>	<b>2</b>
	Advogados privados	63	63					
	Advogados e serviços judiciais	98	98					
	Auditoria forense	3	3					

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
Justiça	Conservadores e Notários	42	42					
	Direito	45		45		32	12	1
	Direito Judiciário	1		1			1	
	Direito Penal	2		2			2	
	Direito Humanos	2		2			2	
	Juízes Procuradores e Investigadores	1	1					
	Legal	1		1			1	
	Lei de Imigração e Asilo	30	30					
	Magistrados e Defensores Públicos	45	45					
	Ordem dos Advogados	30	30					
	Procuradores	5	5					
Total Justiça		368	317	51		32	18	1
Gestão e Boa Governança do Sector Público	Administração (várias áreas)	297	282	15		1	12	2
	Administração do Governo Local	31		31			31	
	Administração Pública	44		44		26	16	2
	Alfandega	100	100					
	Análise Estatística dos dados	16	16					
	Aprovisionamento e gestão de projetos, Gestão de aprovisionamento	39	39					
	Auditoria (várias áreas)	652	652					
	Atendimento Público	12	12					
	Assessoria e Tradução	7	6	1		1		
	Contabilidade, Contabilidade no Computador	209	148	61		33	27	1
	Contabilidade e Auditoria	2		2		2		
	Economia e Gestão e Contabilidade	7		7		3	4	
	Elaboração de Relatório	26	26					
	Estatística	28		28		28		
	Finanças e Finanças Estado	256	148	106		72	34	2
	Gestão	21		21		21		
	Gestores	14	14					
	Gestão Bancária e Seguros	1		1		1		
	Gestão de Arquivo	240	240					
	Gestão de Liderança, Liderança	161	161					
	Gestão de Logística	4	4					
	Gestão Administração Pública	22		22	12	5	5	
	Gestão de Património e Inventariação	10	10					
	Gestão de Políticas Públicas	6		6			6	
	Gestão e Contabilidade, Gestão e Planeamento	36	36					
	Gestão por Competência	37	37					
	Gestão Pública	16		16		16		
	Gestão de Recursos Humanos	71	37	34		11	23	1
	Indução	631	631					

Agrupamento das Áreas Segundo o PED	Áreas de Formação Financiadas pelo FDCH	Total Geral	Total treino	Total BE	DIII	S1	S2	S3
	Língua Inglesa	443	443					
	Língua Portuguesa	167	167					
	Metodologia de pesquisa	11	11					
	Modelação Estatística e Base de Dados	2		2			2	
	Monitoria e Avaliação	30	30					
	Mudança Organizacional e Desenvolvimento	6		6			6	
	Plano Financeiro e Operação Integrado	25	25					
	Políticas Públicas	49		49		38	10	1
	Relações Públicas, Protocolo, Gestão de Protocolo	61	61					
	Resolução de Conflito e Tomada de Decisões	115	115					
	Secretariado	31	27	4		4		
	Treinamento realizado pelo INAP em várias áreas	3,191	3,191					
	Verificação de Documentos Relativos as Despesas	30	30					
<b>Gestão e Boa Governação do Sector Público</b>		<b>7,157</b>	<b>6,699</b>	<b>456</b>	<b>12</b>	<b>262</b>	<b>176</b>	<b>9</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>37,235</b>	<b>26,764</b>	<b>10,466</b>	<b>7,980</b>	<b>1,847</b>	<b>635</b>	<b>66</b>

#### 14. Desafios Enfrentados pelo FDCH

- Desde a sua criação até ao ano de 2015, o FDCH através do seu Secretariado Técnico enfrentou uma série de desafios. O primeiro desafio enfrentado, foi a troca frequente do Secretário Executivo do FDCH, sendo que em cinco anos de existência o Fundo teve 4 secretários e houve um período de 8 meses em que o Fundo ficou sem um Secretário Executivo. Para além disso, também nesse período, mais particularmente até ao ano de 2014 o secretariado técnico teve um número muito reduzido de funcionários a trabalhar aliado a falta de espaço e a falta de meios de apoio como transporte e equipamentos de escritório criaram um ambiente que não era propício para o melhor desempenho das suas responsabilidades.
- Outro desafio que o FDCH enfrentou ao longo deste anos foi a grande dificuldade das instituições inscritas no Fundo apresentarem um bom plano e uma fraca gestão da formação, criando uma ineficiência no uso do orçamento para a formação. A falta de coordenação entre as Linhas Ministeriais, o INAP e a CFP sobre as prioridades de formação e a duração da formação são outros desafios que ficaram evidentes neste período.
- A acrescentar, também observou-se uma certa dificuldade do Conselho de Administração do FDCH reunir-se com a frequência definida nos procedimentos. Segundo o Diploma Ministerial que define o regulamento interno e os procedimentos de execução, no seu artigo 3º define que o Conselho de Administração deve reunir uma vez por mês. No entanto, devido a grande responsabilidade desempenhada pelos membros permanentes do FDCH não foi possível haver reuniões com a frequência



desejada. Em cinco anos os membros do Conselho de Administração conseguiram realizar 14 encontros.

4. Devido a troca frequente do secretário executivo, houve dificuldades em se criar os regulamentos de funcionamento do Secretariado Técnico, para facilitar o trabalho deste órgão. Muitas competências atribuídas ao Fundo/Secretariado Técnico, durante o período em referência, foram executadas pelas Linhas Ministeriais sem um controle efetivo por parte do Fundo.
5. Existência de dificuldades dos pontos focais das instituições inscritas no FDCH em implementar as regras estabelecidas relativas ao sistema de pagamento.
6. Também houve uma certa dificuldade na realização das atividades de monitoria e avaliação dos programas financiados pelo Fundo ao longo destes anos principalmente devido a falta de meios humanos suficientes. No entanto, a partir do ano de 2015 a equipa de monitorização do Secretariado Técnico do FDCH realizou monitorização aos programas de formação para 9 linhas ministeriais, nomeadamente: SEPFOPE, Ministério da Solidariedade Social, INAP, Ministério da Defesa, F-FDTL, Ministério dos Negócios Estrangeiros, PDHJ e Ministério do Petróleo e Recursos Minerais.
7. Existe dificuldade por parte das instituições inscritas no FDCH em fazer uma identificação clara dos diferentes tipos de formação, acontecendo algumas vezes que uma mesma área de formação fica inscrita em dois programas ou três programas.
8. A ausência dum sistema de base de dados com informação completa sobre os programas, beneficiários e orçamento dificulta a avaliação dos programas e determinação dos benefícios dos programas. A base de dados é fragmentada e com falta de acurácia dificultando analisar os resultados reais no financiamento dos programas.

## 15. Conclusões

Baseado na análise que foi feita pode-se concluir o seguinte:

1. Desde o ano de 2011 a 2015 um total de 178,532 milhões de dólares foram alocados ao FDCH distribuídos em 4 programas nomeadamente: o programa de bolsas de estudo recebeu 49% do orçamento, a formação profissional recebeu 23% do orçamento, o programa de outros tipos de formação recebeu 15% e a formação técnica recebeu 9% do total do orçamento. Os dois programas adicionais em 2015, a assistência técnica para o sector judiciário e assistência técnica para o sector terciário cada um, recebeu 2 % do total do orçamento (ver figura 3).
2. Ao longo dos cinco anos houve uma tendência crescente no valor anual alocado ao FDCH. O FDCH começou com um orçamento anual de 25 milhões e em 2015 tinha cerca de 41 milhões dólares americanos (ver tabela 3).

3. A média da taxa de execução durante os cinco anos foi de 86% e os programas de bolsas de estudo e assistência técnica para o sector terciário com as taxas de execução mais altas 96% e 99,8% respetivamente (ver tabela 4).
4. Onze instituições tiveram uma taxa de execução entre 95 a 100% do orçamento ao longo dos cinco anos, nomeadamente o Ministério do Turismo, Ministério da Saúde, Rádio e Televisão de Timor-Leste, Secretaria de Estado de Arte e Cultura, Presidência do Conselho de Ministros, Ministro de Estado e Coordenador dos Assuntos Económicos, Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, Procuradoria Geral da República, Polícia Nacional de Timor-Leste, Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego e a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (ver tabela 5).
5. Sete instituições nomeadamente o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego, Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Administração Pública e Ministério da Justiça receberam 81% do total do orçamento gasto e contribuíram com 95% dos beneficiários do programa de bolsas de estudo e 56% dos beneficiários dos programas de formação (ver tabela 6).
6. Ao longo dos cinco anos, o FDCH gastou um orçamento de 153,350 milhões de dólares para um total de 40,556 beneficiários dos 3 tipos de formação e 4,319 beneficiários de bolsas de estudo, totalizando 44,877 beneficiários (ver tabela 7).
7. O custo unitário por beneficiário ao longo dos cinco anos segundo os programas do FDCH foi o seguinte: programa de bolsas de estudo teve um custo unitário de 19,357 dólares americanos, o programa de formação profissional teve um custo unitário de 2,207 dólares americanos, o programa outros tipos de formação teve um custo unitário de 2,759 dólares americanos e o programa de formação técnica teve um custo unitário de 647 dólares americanos (ver tabela 8).
8. Um total de 13,528 beneficiários são do sexo feminino representando 30% do total (ver tabela 9).
9. O programa de formação profissional é o programa que apresenta a menor percentagem de beneficiários do sexo feminino (25%) e o programa de bolsas de estudo é o maior com 46% dos beneficiários do sexo feminino (ver figura 4).
10. O programa de bolsas de estudo recebeu um orçamento de 83,601 milhões de dólares e beneficiou 1,994 mulheres e 2,325 homens, totalizando 4,319 beneficiários ao longo dos cinco anos (ver figura 5).
11. Depois de cinco anos, um total de 2,170 bolseiros continuam os seus estudos, representando 50% e 1,978 bolseiros, representando 46% terminaram os seus estudos e voltaram ao país (ver figura 6).
12. A maioria das bolsas de estudo são realizadas em Timor-Leste e na Indonésia (ver tabela 10).
13. A maioria das bolsas de estudo são do nível de licenciatura e nível de diploma (ver tabela 11).
14. O Ministério da Saúde é a instituição com maior número de bolseiros seguido do Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Administração Pública (ver tabela 12).
15. As áreas da saúde, administração e finanças, informática e contabilidade são as áreas com maior número de bolseiros (ver tabela 13).

16. Os municípios de Díli e Baucau são os que apresentam maior número de bolseiros por serem também os mais populosos (ver tabela 14).
17. Um total de 1,451 bolseiras dum total de 1,994 bolseiras estão na área da saúde, representando 73% (ver capítulo 12).
18. 65% das bolseiras tem nível de diploma e 32% tem nível de licenciatura (ver capítulo 12).
19. Do total de 455 bolseiros que estão a estudar na área de engenharias, 29% são mulheres (ver capítulo 12).
20. Cinquenta por cento das mulheres tem idade compreendida entre 24 a 30 anos e 26% tem idade menor que 24 anos (ver capítulo 12).
21. Os municípios de Díli e Covalima tem uma predominância de bolseiros do sexo feminino e os municípios de Oecusse, Bobonaro e Viqueque são aqueles que apresentam uma percentagem baixa (42%, 42% e 37%) (ver tabela 14).
22. O programa de formação profissional beneficiou um total de 15,664 pessoas (ver capítulo 13.1).
23. A maioria dos cursos de formação profissional teve a duração de 6 meses a 1 ano (ver capítulo 13.1).
24. A SEPFOPE é a instituição com maior número de beneficiários do programa formação profissional (ver tabela 16).
25. A maioria dos cursos de formação profissional (88%) foram realizados em Timor-Leste (ver tabela 18).
26. O programa de formação técnica beneficiou um total de 18,481 pessoas (ver capítulo 13.2).
27. A INFORDEPE é a instituição com maior número de beneficiários do programa de formação técnica (ver tabela 19).
28. A maioria dos cursos de formação técnica teve a duração de 3 dias até 3 meses e 92% dos cursos foram realizados em Timor-Leste (ver capítulo 13.2 e tabela 21).
29. O programa de outros tipos de formação beneficiou um total de 6,368 pessoas com uma duração dos cursos variável de 4 dias a 1 ano (ver capítulo 13.3).
30. A maior parte do programa outros tipos de formação (98%) foi realizada em Timor-Leste (ver tabela 24).
31. As áreas de educação e formação, saúde, sector privado, segurança e gestão e boa governação do sector público no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento são as áreas que se beneficiaram mais com os programas de formação (ver tabela 25).

## 16. Recomendações

1. Para haver melhor controlo e maior coordenação, todas as instituições que usam o orçamento dos programas de formação para pagar aos seus bolseiros deveriam ser registadas no programa de bolsas de estudo, o orçamento ser ajustado e os bolseiros deveriam seguir as regras estabelecidas a começar pela existência dum contrato de bolsa de estudo entre o bolseiro e a instituição.
2. As instituições inscritas no FDCH ao elaborarem os seus planos de formação, devem ter uma ideia clara das áreas de formação que já foram realizadas ao longo destes

cinco anos e identificar as áreas que ainda estão em falta de modo a ter um plano coerente e alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

3. Durante o processo de submissão ao FDCH das propostas de formação feitas pelas instituições, o Secretariado Técnico deverá ter o cuidado de analisar detalhadamente os projetos e fazer identificação clara das áreas de formação e os 3 tipos de formação identificados de modo a evitarem-se duplicações das áreas em programas diferentes.
4. As instituições quando submetem as propostas com os projetos de formação, as fichas dos projetos devem ser claras e cada projeto deve preencher uma ficha separada para depois facilitar o processo de elaboração do Livro 6, e ajudar ao Secretariado Técnico a agrupar os subprogramas similares que tenham o mesmo objetivo.
5. Deve se fazer a monitoria não só aos programas em curso mas também aos beneficiários que concluíram os cursos e que estão a trabalhar.
6. Deve haver maior equilíbrio na distribuição do orçamento para as áreas consideradas prioritárias baseado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, incluindo o sector privado. Deve-se dar mais atenção as áreas que durante o período dos primeiros cinco anos não tiveram um enfoque grande como por exemplo a área de desenvolvimento das infraestruturas e a área de inclusão social.
7. O Secretariado Técnico deve ter uma sistema de base de dados efetivo com informação uniformizada e completa.

## 17. Anexos

**Tabela 26: Total de bolseiros por país de destino**

No.	País de Destino	No. Bolseiros	%
1	Timor-Leste	1,572	36%
2	Indonésia	1,409	33%
3	Portugal	356	8%
4	Cuba	278	6%
5	Brasil	219	5%
6	Filipinas	207	5%
7	Tailândia	108	3%
8	Austrália	101	2%
9	Malásia	20	.5%
10	Inglaterra	12	.3%
11	Japão	12	.3%
12	China	7	.2%
13	Índia	6	.1%
14	Moçambique	5	.1%
15	Papua Nova Guiné	3	.1%
16	Fiji	3	.1%
17	Estados Unidos da América	1	0%
<b>Total</b>		<b>4,319</b>	

**Tabela 27 – Total beneficiários do programa de bolsas de estudo por instituição**

No.	Instituições	Bolsas de Estudo	%
1	Ministério da Saúde	2,479	57%
2	ME/GBE	811	19%
3	INAP	490	11%
4	MPRM	161	4%
5	Ministério Finanças	153	4%
6	UNTL	136	3%

No.	Instituições	Bolsas de Estudo	%
7	F-FDTL	38	1%
8	SEJD	22	1%
9	Gabinete do Presidente	20	0%
10	Ministério das Justiça	6	0%
11	SEPI/SEM	3	0%
<b>Total</b>		<b>4,319</b>	

**Tabela 28: Total de beneficiários da formação profissional por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	SEPFOPE	12,102	77%
2	UNTL	591	4%
3	IGE	536	3%
4	MJ	412	3%
5	MI	409	3%
6	MNEC	240	2%
7	PNDS	214	1%
8	MOP	183	1%
9	GPM	158	1%
10	GPR	128	1%
11	PGR	104	1%
12	PNTL	102	1%
13	SEPI/SEM	87	1%
14	SEJD	83	1%
15	SECOMS	60	0%
16	MTC	52	0%
17	MD	39	0%
18	CAC	35	0%
19	RTTL	35	0%
20	ME	29	0%
21	MECAE	28	0%
22	MPRM	22	0%
23	PCM	9	0%



No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
24	F-FDTL	6	0%
<b>Total</b>		<b>15,664</b>	

**Tabela 29: Total beneficiários por país de Formação Profissional**

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	13,845	88%
2	Indonésia	1,416	9%
3	Portugal	162	1%
4	Austrália	49	0%
5	China	35	0%
6	Cabo Verde	33	0%
7	Malásia	31	0%
8	Macau	16	0%
9	Filipinas	16	0%
10	n.d.	15	0%
11	Nova Zelândia	12	0%
12	Israel	6	0%
13	Austrália/Nova Zelândia	6	0%
14	Hong Kong	5	0%
15	Brasil	4	0%
16	Moçambique	3	0%
17	Singapura	2	0%
18	Estados Unidos da América	2	0%
19	Cuba	2	0%
20	Coreia do Sul	2	0%
21	Tailândia	1	0%
22	Japão	1	0%
<b>Total</b>		<b>15,664</b>	

**Tabela 30: Total de beneficiários da formação técnica por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	INFORDEPE	6,244	34%
2	INAP	4,715	26%
3	MPRM	4,193	23%
4	PNTL	1,115	6%
5	MI	790	4%
6	MOP	336	2%
7	MF	305	2%
8	F-FDTL	167	1%
9	GPR	132	1%
10	MAP	97	1%
11	MTC	83	0%
12	MT	52	0%
13	MECAE	49	0%
14	RTTL	47	0%
15	MD	43	0%
16	SEPI	26	0%
17	MCIA	24	0%
18	MSS	20	0%
19	SEJD	19	0%
20	SEAC	12	0%
21	PGR	9	0%
22	MNEC	3	0%
<b>Total</b>		<b>18,481</b>	

**Tabela 31: Total beneficiários por país de Formação Técnica**

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	16,949	92%
2	Indonésia	847	5%
3	Índia	241	1%
4	Austrália	89	0%
5	Estados Unidos da América	56	0%
6	Malásia	53	0%
7	China	48	0%
8	n.d.	34	0%
9	Portugal	34	0%
10	Japão	32	0%
11	Nova Zelândia	30	0%
12	Tailândia	21	0%
13	Coreia do Sul	15	0%
14	Singapura	13	0%
15	Argentina	6	0%
16	Brunei	5	0%
17	Vietname	3	0%
18	Moçambique	3	0%
19	França	1	0%
20	Brasil	1	0%
<b>Total</b>		<b>18,481</b>	

**Tabela 32: Total de beneficiários dos outros tipos de formação por instituição**

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	ME	2,802	44%
2	UNTL	1,487	23%
3	PNTL	865	14%
4	SEJD	664	10%
5	INAP	323	5%
6	MI	69	1%
7	PGR	44	1%

No.	Nome da Instituição	Total de beneficiários	%
1	SECOMS	39	1%
2	MD	24	0%
3	GPM	20	0%
4	MAP	17	0%
5	MOP	6	0%
6	MSS	4	0%
7	IGE	2	0%
8	SEPI/SEM	2	0%
<b>Total</b>		<b>6,368</b>	

***Tabela 33: Total beneficiários por país de Outros Tipos de Formação***

No.	País de Destino	No. Beneficiários	%
1	Timor-Leste	6,254	98%
2	Indonésia	83	1%
3	Tailândia	7	0%
4	Portugal	7	0%
5	China	6	0%
6	Austrália	3	0%
7	Moçambique	2	0%
8	Malásia	2	0%
9	Japão	2	0%
10	Coreia do Sul	2	0%
<b>Total</b>		<b>6,368</b>	

**Tabela 34: Total de beneficiários por tipo de formação (FP-Formação Profissional, FT –Formação Técnica e OTF – Outros Tipos de Formação) e áreas do curso**

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FT	Academia militar	16
FP	Administração	951
FT	Administração	36
FT	Administração de escritório moderna e gestão básica de recursos humanos	2
OTF	Administração de tecnologia	2
OTF	Administração geral	152
FP	Adobe design e ilustração (programa de computador)	4
FP	Advogados e serviços judiciais	97
FP	Advogados privados	63
FP	Agricultura	81
FT	Agronegócio (qualidade dos recursos humanos)	12
FP	Ajuda aos estudos para os polícias (curso universitário)	5
FT	Ajuda aos estudos para os polícias (curso universitário)	21
FP	Ajuda de custo para os polícias	65
FT	Ajuda de custo para os polícias	3
FP	Alfandega	1
FT	Alfandega, Gestão de alfandega	99
OTF	Alunos beneficiados com a contratação de Professores para lecionar na UNTL diversas áreas	1,487
FP	Alvenaria (construção de casas)	58
FT	Análise de inteligência contra terrorismo, lei para combater o terrorismo, anti terrorismo	18
FT	Análise de laboratório para standardização da qualidade do produto	19
FT	Análise estatística de dados	16
FT	Análise financeira	10
FT	Análise impacto ambiental	3
OTF	Anti terrorismo	2
FP	Anticorrupção	5
FP	Aprovisionamento	3
FP	Aprovisionamento e gestão de projetos	12
OTF	Aprovisionamento global	10

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
OTF	Área defesa	2
FP	Atendimento público	12
FP	Auditoria (vários níveis e varias áreas)	632
FT	Auditoria de fraude	8
FT	Auditoria interna	12
OTF	Auditoria interna	9
FP	Auto emprego	1
FP	Avaliação da análise de conflito	4
FP	Bamboo	10
FT	Banda de música	29
FP	Base de dados	4
FP	Biblioteca e arquivo digital	15
FP	Bombeiros	3
FT	Bombeiros (grupo especial de intervenção dos bombeiros)	97
FT	Cadetes, juniores (oficiais)	15
FP	Canalização	42
FP	Capacitação das mulheres do países em desenvolvimento	4
FP	Carpintaria	194
FP	Chinês prático para os oficiais governamentais	8
FT	Climatologia	5
FT	Comando geral	4
FP	Conferencias	12
FP	Configuração do Windows server e administração	7
FT	Conservação do património cultural	5
FP	Conservadores e notários	41
FT	Construção da paz	6
FP	Construção de capacidades	1
FP	Construção geral	60
FP	Construindo um trabalho de equipa efetivo	6
FT	Contabilidade financeira do tesouro	6
FT	Contabilidade no computador (contabilidade)	107



Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FP	Contabilidade, MAYOB (programa de computador para contabilidade)	35
FT	Contrabando de pessoas, interdição no aeroporto	6
FT	Controladores de tráfego aéreo	12
FP	Controlo de auto avaliação	9
FP	Conversão da licença de avião	18
FT	Correios	10
FT	Corrupção, inteligência, acidente de tráfego, administração para brigadeiros e inspetores	48
FP	Costura	32
FP	Cumprimento da lei do mar nos países da ASEAN	2
FT	Cumprimento da lei, cumprimento da lei do mar	46
FP	Cyber e tecnologias emergentes	1
FP	Defensor público	1
OTF	Defesa	1
FT	Defesa (várias áreas)	53
FP	Desenho da web	4
FT	Desenho gráfico	7
FT	Desenvolvimento de capacidades da mulher nos países lusófonos	4
FP	Desenvolvimento de equipa	1
FT	Desenvolvimento de equipa	40
FT	Desenvolvimento de personalidade, serviço de qualidade ao cliente	20
FT	Digital congresso network	12
FP	Diplomacia	64
FT	Diplomacia	5
FT	Discurso público	8
FT	Documentação (publicação)	7
FT	Edição de filmes e vídeo digital	1
FP	Educação	4
FP	Elaboração de relatório	6
FT	Elaboração de relatório	20
FP	Eletricidade	200

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FP	Engenharia	32
FT	Engenharia básica para oficiais militares	2
FT	Escrita jornalística	10
FP	Especialista de laboratório da policia de investigação criminal	31
FP	Estado Maior	2
FT	Estado maior da policia e militar	6
FP	Estratégia de combate ao crime	1
FP	Estudo comparativo	21
FT	Estudo comparativo	43
FP	Estudo de defesa estratégico	1
FT	Extensão agrícola	5
FT	Fibra óptica	4
FP	Finanças	113
FT	Formação básica da policia	45
FP	Formação e avaliação	19
FT	Formação inicial e contínua dos professores	6,244
FP	Formação para treinadores	23
FP	Formação profissional (diversas áreas)	342
FP	Formadores	6
FT	Formadores dos bombeiros	11
FP	Fundação	157
FT	Gestão	10
OTF	Gestão	1
FP	Gestão aplicada de bibliotecas	14
FP	Gestão baseado em resultados	6
FT	Gestão baseado no resultado	3
FP	Gestão da economia para os países em desenvolvimento	4
FP	Gestão da polícia executiva	14
FT	Gestão de aprovisionamento e financeira	2
FP	Gestão de aprovisionamento efetivo	4
FT	Gestão de arquivo	240

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FT	Gestão de base de dados (administração)	15
FT	Gestão de clínica de saúde animal	11
FP	Gestão de construção	7
FP	Gestão de contratos e desembolsos	7
FP	Gestão de escritório	5
OTF	Gestão de finanças estratégicas	2
FP	Gestão de liderança	67
FP	Gestão de logística	4
FP	Gestão de monitorização e avaliação	1
FP	Gestão de parcerias público privado	8
FP	Gestão de património e inventariação	10
FT	Gestão de processo	46
FP	Gestão de processos	1
FT	Gestão de projeto	10
FP	Gestão de projetos	2
FP	Gestão de protocolo	13
FT	Gestão de recursos hídricos integrados	6
FP	Gestão de recursos humanos	9
FT	Gestão de recursos humanos	26
FP	Gestão de redação	8
OTF	Gestão de risco de desastres a nível comunitário, costeira, pescas	6
FP	Gestão do risco de corrupção	4
FP	Gestão dos portos	1
FP	Gestão e contabilidade	13
FT	Gestão e controle de fronteira	1
FP	Gestão e planeamento	23
FT	Gestão financeira e bancaria	15
FT	Gestão logística	12
FT	Gestão operacional	12
FP	Gestão por competência	37
FT	Gestão por competência	35
FP	Gestores	14

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
OTF	Gestores	2
FT	Governança local	18
FP	Graduação QIA	6
FP	Guarda livros	7
FT	Guardas de segurança dos edifícios públicos	489
FP	Hardware	34
FP	Hidráulica	58
FP	Hospitalidade/hotelaria	432
FP	Igualdade de género	42
FT	Igualdade de género	3
OTF	Igualdade de género	2
FT	Imigração ilegal	6
FP	Imposto doméstico	2
FT	Incentivo instrutores	66
FP	Indução	89
FT	Indução geral	542
FT	Indústria de gás e petróleo	15
FP	Inspeção da lei	1
OTF	Inspetor da policia	6
FT	Inspetor de leis	9
FT	Instrutor para a segurança dos edifícios públicos	15
FT	Inteligência	14
OTF	Inteligência	4
FP	Inteligência e análise	3
FT	Inteligência especial para os oficiais do sexo feminino	12
FP	Intercâmbio de estudantes	6
OTF	Investigação	19
FP	Investigação básica de inteligência	3
FP	Investigação criminal da policia	51
FT	Investigação da cena de crime (avançado)	2
FP	Investigação e treinamento de trafico da policia	4
OTF	Investigação e treinamento de trafico humano	4

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FP	IT	315
FT	IT	50
FP	Jornalismo multimédia	25
FP	Juízes e investigadores	1
FT	Lei de imigração e asilo	30
FP	Licença de piloto de avião CASA	18
FP	Liderança	10
FT	Liderança	130
FT	Liderança para o serviço de migração	31
FP	Língua Coreana	7,620
FP	Língua Inglesa	443
FT	Língua inglesa	2,595
OTF	Língua inglesa	173
FT	Língua inglesa ou computador	2,082
FT	Língua inglesa para alfândegas	13
FP	Língua Portuguesa	61
FT	Língua portuguesa	106
OTF	Língua portuguesa	10
FP	Magistrados e defensores públicos	45
FT	Manutenção de alta voltagem	15
FP	Marcenaria (produção de mobílias de madeira)	54
FT	Marketing e promoção de turismo	6
FP	Mecânica (de carros, motos, equipamento pesado)	136
FT	Mecânico de barco	8
FT	Media	2
FP	Mediação	8
FP	Medição de eletricidade	2
FT	Medição de eletricidade	1
FT	Medicina forense para policia	1
FP	Medicina legal	2
FT	Medicina para os policias	6
OTF	Mestrado em aprovisionamento estratégico e política	2

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
	<b>pública da defesa</b>	
FP	Mestrados em economia e gestão, empresarial, formação de professores, saúde e produção animal, educação, contabilidade, recursos naturais e ambiente, enfermagem e parteiras e administração da educação (curso universitário)	365
FP	Mestre de cerimónias	5
FP	Metodologia e pesquisa	11
FT	<b>Métodos de escrita para a liderança</b>	<b>10</b>
FP	Métodos qualitativos e quantitativos para os professores de economia e gestão	30
FP	Migração	22
FP	Monitoria de auditoria	8
OTF	<b>Monitoria dos programas do fundo</b>	<b>7</b>
FP	Monitoria e avaliação	8
OTF	<b>Monitoria e avaliação</b>	<b>15</b>
FP	Multimédia e comunicação	20
FP	n.d.	42
FP	“network”	2
FP	Obras públicas (curso universitário)	1
FP	Oficiais	18
FT	<b>Oficial superior da policia</b>	<b>6</b>
FP	“on the job training”	859
FP	Ordem dos advogados	30
OTF	<b>Organização hidrográfica internacional</b>	<b>2</b>
FT	<b>Organização internacional de aviação civil</b>	<b>7</b>
FT	<b>Outras áreas</b>	<b>353</b>
FP	Panificação (fabrico de pão)	57
FP	Participação da mulher no desenvolvimento socioeconómico	17
FP	Pecuária	20
FT	<b>Pedagogia de formadores</b>	<b>2</b>
FP	Pedreiro	81
FP	Pesquisa	15
FT	<b>Pesquisa arqueológica</b>	<b>7</b>

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FP	Pesquisa em engenharia mecânica	45
FT	Pesquisa hidrográfica e observação do oceano	3
FP	Piloto	8
FP	Pintura	15
FP	Planeamento de emergência na área de proteção civil	20
FP	Planeamento de recursos humanos	2
FT	Planeamento e monitorização	30
FP	Planeamento e produção gráfica	2
FP	Planeamento efetivo e orçamentação	8
FT	Plano e desenvolvimento turístico (comunitário)	14
FT	Plano estratégico	15
FP	Plano financeiro e operação integrado	25
OTF	Polícia (formação básica)	803
OTF	Polícia de trânsito	9
FT	Policimento (comunitário)	41
FT	Política da água ligada a polícia	15
FP	Política de desenvolvimento (curso universitário)	1
FP	Pontos focais e mediadores nacionais para a construção da paz	46
FT	Preparador físico	2
FT	Procedimentos de operação padronizados	20
FP	Procurador	2
FT	Procuradores (área civil, crime de família e menores, transação do petróleo)	5
FP	Produção local de tijolo	19
OTF	Projeto de desenvolvimento de capacidades sobre manutenção de estradas	6
FT	Proteção do sistema de distribuição	6
FP	Proteção e herança da diversidade cultural e étnica	4
FT	Proteção e manutenção da linha de distribuição de energia e uso de para-raios	23
FP	Proteção legal para as vítimas de abuso sexual	1
FP	Protocolo	22
FT	Protocolo	10



Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FT	Rádio comunicação	7
FP	Relações internacionais	2
FP	Relações públicas e protocolo	29
FP	Resolução de conflito	84
FP	Resolução de problemas e tomada de decisões	31
FP	Resposta de crises	2
FP	Secretariado e administração	27
FT	Segurança (várias áreas)	54
FT	Segurança de rede de internet	5
FT	Segurança marítima e gestão de segurança e controlo de tráfico no porto	6
FP	Segurança nacional	6
FT	Segurança saúde nacional (noções básicas)	20
FP	Servidor do sistema de Windows 2012	2
FP	Sistema de acreditação académica	4
FP	Sistema de contas	3
FP	Sistema de frio (refrigeração)	31
7	Sistema de gestão da base de dados	7
FP	Sistema de gestão de documentos	1
FP	Sistema de logística regional	2
FP	Sistema de negocio bilateral e multilateral	2
FT	Sistema iluminação aeroporto	4
FT	Sistema legal para a policia dos países em desenvolvimento	5
FP	Soldadura	76
FP	Solos e avaliação rodoviária	38
FT	Subsidio ao estudo (várias áreas de estudo e várias instituições)	218
OTF	Subsidio de assistência ao estudo pela PNTL	4
OTF	Subsidio de assistência ao estudo pelo GPM	4
OTF	Subsidio de assistência ao estudo pelo INAP	170
OTF	Subsidio de estudo aos estudantes finalistas	2,795
FT	Supervisor ATC	4
FT	Task force para a policia	75

Tipo de formação	Área do curso	Total de beneficiários
FT	Tática de operação e task force	36
FT	Técnica de manutenção elétrica para os países em desenvolvimento	1
FT	Técnicas de gestão de qualidade de construção	2
	Técnico de emergência medica para os militares	13
FP	Técnico especializado	33
FP	Teste de material e asfalto	14
FT	Tomada de decisão e resolução de problemas	15
FP	Tráfico de trabalhadores	1
OTF	Trafico humano	2
FP	Transformação de conflito	10
FT	Treinamento realizado pelo INAP	3,191
OTF	Treino de futebol para os jovens	648
FP	Treino dos treinadores e facilitação da comunidade	77
FP	TTIA	28
FT	Turismo	2
FT	UEP	230
FT	UPF	67
FT	UPM	81
FP	Vendas e marketing	6
FP	Verificação de documentos relativos as despesas	30
FT	Vídeo para a policia	4
	<b>Total Formação</b>	<b>40,556</b>



**Edifício do MPIE**

**Rua Bedík-hun, Hudi laran – Fatuhada**

**Dili, Timor - Leste**

**Nº. Contacto: +6703310289/3310624 (Ext. 113)**

**Email : [info@fdch.gov.tl](mailto:info@fdch.gov.tl)**

**[www.fdch.gov.tl](http://www.fdch.gov.tl)**